



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Atitudes Face à Adoção Homoparental: um estudo comparativo entre
estudantes do ensino superior portugueses e espanhóis

Ana Mónica Tavares Parreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Carla Moleiro, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2014

Agradecimentos

À Professora Doutora Carla Moleiro, por me ter dado as luzes orientadoras para chegar ao fim deste caminho académico com a consciência de cada passo aprendido. Pelo seu profissionalismo, entusiasmo, sabedoria, disponibilidade e compreensão que fizeram com que o debruçar num trabalho de fim de curso se tornasse também no constructo de habilidades para o futuro profissional.

Aos professores e alunos que dotaram de vida este estudo, nomeadamente os da Universidade Autónoma de Madrid, Universidad Rey Juan Carlos, Universidade de Lisboa e Instituto Politécnico de Lisboa, pela disponibilidade, cooperação e críticas reflexivas.

Aos meus amigos e à minha família, pela compreensão e apoio prestado e por terem sido os meus alicerces emocionais durante todo este tempo.

Ao Paulo, por ter sido um apoio incondicional e ter carregado este projeto como se fosse seu. Ao André, pelo *refresh* constante de energia e incentivo. A eles, obrigada pela disponibilidade infundável e pela estrondosa capacidade de me fazerem acreditar nos (im)possíveis.

Aos colegas de mestrado, nomeadamente, à Carina e ao João pelo incentivo e apoio na partilha reflexiva.

Aos que se interessaram pelo estudo e abriram os seus “armários” à reflexão deste tema. Aos que já os tinham abertos e não se importaram de os vasculhar. Foi um enriquecimento mútuo.

"Só é útil o conhecimento que nos faz melhores."

(Sócrates)

Resumo

O presente estudo debruçou-se sobre as atitudes face à homoparentalidade num estudo comparativo entre estudantes do ensino superior espanhóis e portugueses, futuros intervenientes nas áreas social, da saúde, educacional e jurídica.

A importância deste estudo comparativo prende-se com as diferenças a nível legislativo nestes países, no que toca ao reconhecimento e direitos das famílias homoparentais. Para tal foram apresentadas a 630 estudantes (272 portugueses e 358 espanhóis) vinhetas de situações-estímulo (adoção de uma criança por casais homoparentais ou heteroparentais) num desenho experimental; aplicadas duas escalas sobre as competências parentais e os resultados desenvolvimentais das crianças; e colocadas algumas questões sobre relacionamentos interpessoais com este tipo de famílias e formação académica sobre o tema. Os resultados revelaram que a amostra espanhola denotou atitudes menos preconceituosas face à adoção homoparental do que a amostra portuguesa. Globalmente, os estudantes que tiveram mais contacto interpessoal com pessoas que se identificassem como gays/lésbicas/bissexuais revelaram atitudes menos preconceituosas. O contacto com informação científica sobre a homossexualidade durante o percurso académico teve influência significativa em atitudes mais favoráveis à adoção homoparental. A nível do desenvolvimento infantil, a amostra mostrou uma maior preocupação com a probabilidade de as crianças adotadas por homossexuais virem a ser alvo de discriminação. Essa diferença foi significativa também entre nacionalidades, onde a amostra portuguesa reportou uma maior probabilidade percebida de discriminação. Os resultados foram posteriormente discutidos à luz da literatura.

Palavras-chave: homoparentalidade; preconceito; inovação legislativa; mudança social; comparação cultural

Códigos PsycINFO:

3040 Social Perception & Cognition

2980 Sexual Behavior & Sexual Orientation

Abstract

This study has leaned on the attitudes over the homoparenthood in a comparative study between Portuguese and Spanish college students from social, health, educational and legal field of study.

The importance of this comparative study is related to the differences in a legislative level in these countries, regarding to the recognition and rights of homoparenthood families. For that were presented to 630 students (272 Portuguese and 358 Spanish) vignettes of situations-stimulations (adoption of a child by couples from the same sex and couples of different sex) in an experimental draw; with two scales applied about parenting skills and the outcome of children developments; and placed some issues about interpersonal relationships with this kind of families and academic formation about this topic. The results revealed that the Spanish sample, denoted less discriminating attitudes towards homoparental adoption, than the Portuguese sample. Overall, students who had more interpersonal contact with people who identified themselves as gay / lesbian / bisexual, showed less discriminating attitudes. The contact with scientific information about homosexuality during the academic course had significant influence on attitudes that turned to be more favorable to homoparental adoption. In a development level, the sample showed a greater concern with the probability of children adopted by homosexuals become discriminated against. This difference was also significant between nationalities, where the Portuguese sample reported a greater perceived discrimination probability. The results were subsequently discussed based on the literature

Keywords: same-sex parenting; prejudice; legal innovation; social change; cross-cultural.

PsycINFO Classification Categories:

3040 Social Perception & Cognition

2980 Sexual Behavior & Sexual Orientation

Índice Geral

	Página
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
1. Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura.....	2
2.1 Família.....	2
2.2 A universalidade do amor: da homossexualidade à homoparentalidade.....	4
2.3 Crenças sociais e atitudes face á homossexualidade e homoparentalidade.....	5
2.3.1. Atitudes homonegativas.....	6
2.3.2. Crenças e atitudes face à homoparentalidade.....	7
2.3.3. Atitudes europeias face à homoparentalidade.....	8
2.4 Principais resultados dos estudos científicos sobre a homoparentalidade.....	9
2.4.1. Competências parentais e qualidade das relações familiares.....	9
2.5 Estigmatização ou inclusão: o papel dos profissionais.....	11
2.5.1 A formação sobre homoparentalidade.....	13
2.6 Legislação.....	14
2.7 Leis e atitudes sociais.....	15
2.7.1. Representações sociais.....	16
3. Método.....	20
3.1 Participantes.....	20
3.2 Instrumentos.....	22
3.3 Procedimento.....	25
4. Resultados.....	26
4.1 Avaliação das competências parentais percebidas.....	26
4.2 Contato interpessoal.....	28
4.3 Formação académica.....	30
4.4 Avaliação dos resultados desenvolvimentais da criança percebidos.....	34
5. Discussão.....	39
6. Referências Bibliográficas.....	44

7. Anexos.....	51
Anexo A - Exemplo de um questionário aplicado para amostra portuguesa.....	51
Anexo B - Exemplo de um questionário aplicado para amostra espanhola.....	56
Anexo C - Ley 13/2005.....	61

Índice de Tabelas

	Página
Tabela 1: Características sociodemográficas da amostra.....	20
Tabela 2: Caracterização sociodemográfica da amostra por nacionalidade.....	21
Tabela 3: Consistência interna da Escala de Avaliação das Competências Parentais.....	23
Tabela 4: Competências parentais em função da nacionalidade	27
Tabela 5: Avaliação dos Resultados Desenvolvimentais da Criança em função da nacionalidade.....	35

Índice de Figuras

	Página
Figura 1: Avaliação das competências parentais dos distintos grupos em função da nacionalidade.....	27
Figura 2: Contato interpessoal com pessoas de orientação homossexual e famílias homoparentais em função da nacionalidade.....	29
Figura 3: Grau de frequência do contacto interpessoal com pessoas de orientação homossexual e famílias homoparentais em função da nacionalidade	30
Figura 4: Contacto com informação académica sobre a homossexualidade/homoparentalidade em função da nacionalidade.....	31
Figura 5: Médias de quantidade/qualidade da informação académica recebida sobre a homossexualidade/homoparentalidade em função da nacionalidade.....	32
Figura 6: Contato com informação académica sobre a homossexualidade/homoparentalidade em função da área de curso.....	33
Figura 7: Médias de quantidade/qualidade da informação académica recebida sobre a homossexualidade/homoparentalidade em função da área de curso.....	34
Figura 8: Avaliação da probabilidade de discriminação dos distintos grupos em função da nacionalidade.....	37
Figura 9: Avaliação da probabilidade de um rapaz manifestar preferência homossexual consoante o grupo em função da nacionalidade dos participantes.....	38

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado insere-se na temática da homoparentalidade, orientação sexual e perceção social. Neste sentido, pretende-se explorar e comparar os preconceitos existentes entre a população espanhola e portuguesa, nomeadamente entre os futuros intervenientes da rede social (áreas sociais, saúde, educacionais e jurídicas) relativamente ao desenvolvimento psicossocial das crianças adotadas por famílias heteroparentais vs. homoparentais. É também objetivo do estudo perceber em que medida essas atitudes estão associadas à legislação presente nesses países, ao contacto com a informação científica sobre esta temática durante o percurso académico e contacto interpessoal com quem se identifique como gay/lésbica/bissexual.

Desta forma, num capítulo 2, é apresentada a revisão de Literatura. Nesta, são abordados conceitos inerentes aos estudos como: família, homossexualidade e homoparentalidade. São expostas as questões legais dos referidos países do que se refere à adoção homoparental e procura-se estabelecer de que forma a lei se relaciona com as atitudes e mudança social; faz-se um levantamento das crenças associadas às atitudes sobre a adoção homoparental e os consequentes estudos científicos que se tem feito nessa temática. No capítulo 3, é apresentada a metodologia utilizada na investigação, através da descrição da amostra recolhida, dos instrumentos utilizados bem como do procedimento de recolha de dados. Posteriormente, são analisados os dados através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e apresentados os resultados (capítulo 4). Por último, são discutidos os resultados à luz da literatura e apresentadas algumas implicações sobre como a formação académica, o contacto interpessoal com pessoas que se identifiquem como pessoas gay/lésbicas/bissexuais e as representações sociais têm impacto nas atitudes sobre a adoção homoparental, o que apresentamos no capítulo 5.

2- REVISÃO DA LITERATURA

“Parece que o maior risco para estas famílias está na atitude segregadora da sociedade heterossexual.” (Alarcão,2000, p.230)

2.1 Família

“A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.”

Declaração Universal dos Direitos do Homem, Art.16, 1948

O conceito de família revela a variedade histórica da instituição que ele domina. É um conceito sobretudo metamórfico que deve as suas transformações aos fatores sociais, religiosos, culturais e políticos de cada sociedade transformando-se à medida que esta se transforma. A família é um dos mais expressivos grupos da sociedade que tendo vindo a sofrer profundas modificações da sua estrutura ao longo da história de modo que as diversas configurações familiares que agora se observam resultam numa falta de consenso sobre a própria definição de família (Leandro,2001,2006).

O que hoje se diz de “sentimento de família” deu o seu desenvolvimento na Europa entre o séc. XV e o séc. XVIII. Até então a família, denominada de tradicional visava unicamente a garantia de laços de linhagem e património, a transmissão do nome e de bens. Do final séc. XVIII a meados do séc. XX, desenvolveu-se um novo conceito de família dita família “moderna”. Esta por sua vez enfocava no amor romântico, o casamento deu lugar à ideia de união e organização familiar. A família passou a assumir uma função moral e espiritual (Leandro 2001).

Assim e durante o séc. XIX e XX, a família era exclusivamente associada ao casamento, não sendo objeto de preocupação social. O modelo normativo de família era instituído pela Igreja Católica e pela burguesia do séc. XIX onde os interesses do círculo familiar estavam primeiramente aos indivíduos que o constituem. A família representava desta forma o vigor moral com a missão de transmitir valores e assente num casamento religioso para toda a vida, símbolo de estabilidade institucional (Leandro, 2006).

Contudo, nos anos sessenta do século passado essa acalmia passou a ser questionada. Mudanças económicas, sociais, políticas e culturais fizeram necessariamente com que o

conceito de família de readaptasse e transformasse. Um novo modelo de família impôs-se: o modelo de família “contemporânea” ou “pós-moderna”. A união matrimonial deixa de ser “até que a morte nos separe” para dar lugar “até que o de amor não nos separe” no sentido em que a família é a união por tempo relativo de duas pessoas que têm como objetivo a busca e realização afetiva. A união dura enquanto durar o amor e o prazer (Leandro, 2006).

Um conceito de família que se desenvolve numa esfera patrimonialista de leis que organizam o casamento como mera transmissão de bens e filiação vê-se moldado às circunstâncias da sociedade, transformando-se num conceito que tem o afeto como base. Devido às transformações económicas e políticas, o fim da segunda guerra mundial e a revolução industrial proporcionaram um ajustamento nos papéis paternos. O homem como sustentador da família dá lugar ao pai amoroso e amado, tolerante e respeitador. A mãe exclusivamente cuidadora e doméstica dá lugar à mulher inserida no mercado de trabalho (Roudinesco, 2003 cit in Passos, 2005).

Com efeito, a família vertical e hierárquica dá lugar à família relacional e seletiva, primada pelas relações horizontais. A família passa a apresentar uma geometria variável: de conjugal “clássica”, famílias agrupadas ou pluriparentais (confluência de diversas famílias que se unem), monoparental (pai/mãe solteiro), recomposta (famílias pré-existentes que dão origem a uma nova, contemplando os filhos de cada conjugue) e ainda outras que estão a surgir como é o caso das famílias homoparentais (crianças que vivem com progenitores do mesmo sexo). O conceito de família solidifica-se numa multiplicidade de famílias compostas por uma pluralidade de núcleos familiares (González, Sánchez, Morcillo, Chacón & Gómez 2002; Leandro, 2006).

O estado como impositor de certos tipos de família dá lugar ao protetor das famílias vulneráveis que, por diversos motivos, estejam expostas a riscos familiares e sociais, sejam famílias pobres, monoparentais, famílias com violência doméstica, etc. (Wall, Aboim & Cunha, 2010).

Sociologicamente, constata-se que as mentalidades e as práticas se confortam reciprocamente. Em 1960, em Portugal os casamentos eram em 90% casamentos religiosos, enquanto que em 2001 descia para os 62%. Ou seja, as opções familiares e as formas de casamento deixaram de ter de ser tão fortemente legitimadas pela tradição e religião católica (Leandro, 2006). Dá-se a afirmação de uma nova esfera de valores familiares preconizada pela autonomia de escolha e influenciada por diferentes pertenças sociais e crenças.

Do ponto de vista sistémico, a família é um sistema aberto em que os seus elementos estão ligados por um conjunto de relações, em constante transformação adaptativa face às

exigências internas e externas que enfrenta ao longo do seu processo de desenvolvimento. O sistema familiar é um sistema entre outros sistemas (escola, centro de saúde, cidade) com os quais interage. (Alarcão, 2000; Leandro 2001)

Alarcão (2000, p.35), dita a família como “ o lugar onde naturalmente nascemos, crescemos e morremos, ainda que nesse longo percurso, possamos ir tendo mais do que uma família. Este é um espaço privilegiado para elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação: os contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais. É ainda o espaço de vivências de relações afetivas profundas como a filiação, a fraternidade, o amor, a sexualidade... num trama de emoções e afetos positivos e negativos que, na sua elaboração, vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família”.

Desta forma as famílias são sistemas dinâmicos com uma identidade própria, onde os seus membros são unidos por laços sanguíneos e/ou afetivos. A família à luz dos paradigmas atuais não é meramente pai, mãe e filhos, mas uma pluralidade de arranjos familiares em que os membros nem sempre partilham a mesma residência, nem sempre os adultos são de sexos diferentes, nem sempre partilham laços sanguíneos, nem sempre é um pai e uma mãe (Alarcão & Relvas, 2002).

A definição de família não se pode dar como estática e unilateral. Não é possível encerrar o seu termo. Todas as dinâmicas familiares e sociais dos tempos atuais a envolvem em novas realidades. No sentido amplo do tempo, a família é o que há de mais estável e ancestral e, contudo, o que mais se modifica atualmente, de maneira radical. Esta está em constante mudança assim como o seu contexto social (Leal, 2012; Leandro, 2001).

2.2 A universalidade do amor: da homossexualidade à homoparentalidade

“A Razão tem corações que o Coração desconhece”. Almeida, 1989, pág. 859

A orientação sexual está intimamente relacionada com a sexualidade e constitui parte integrante da identidade de uma pessoa. A orientação sexual é direcionada a uma atracção sexual e ou/ envolvimento emocional amoroso por homens, mulheres ou por ambos os sexos, sendo por isso caracterizada em três dimensões: Heterossexualidade, bissexualidade e homossexualidade. A heterossexualidade entende uma atracção e /ou envolvimento emocional ou amoroso por indivíduos do sexo oposto enquanto a homossexualidade pressupõe a atracção

sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso por indivíduos do mesmo sexo (APA, 2008).

O conceito de parentalidade baseia-se na ideia de um ambiente estável e seguro para as crianças, onde as suas necessidades são preenchidas, e envolto num processo bidirecional de afeto e interações positivas que permitam o bom desenvolvimento da criança na aquisição de conhecimentos, valores, atitudes e condutas (Navarro, Llobell & Bort, 2004). Neste prisma, importa referir que a qualidade da parentalidade não depende da estrutura familiar em si, mas sim das condutas, interações e ensinamentos transmitidos pelos pais (Navarro et al., 2004).

Falar de parentalidade não é o mesmo que falar de parentesco nem filiação, é antes uma relação estabelecida com a criança que não pressupõe um vínculo legal nem consanguinidade (Zambrano, 2006). A parentalidade é na sua universalidade o cuidado, proteção e educação prestado às crianças e particularmente no que diz respeito a quem são os adultos responsáveis por isso. (Almeida, 2006).

A homoparentalidade é um conceito que se refere à constituição de um casal formado por duas pessoas do mesmo sexo com a possibilidade de evoluir para uma família com menores. É um neologismo criado pela Associação de pais e futuros pais gays e lésbicas (PPGL) para caracterizar as famílias constituídas por um pai ou mãe homossexual, ou por dois pais ou duas mães (Perelson, 2006).

A homoparentalidade pode ter os seguintes arranjos familiares:

1. A recomposição, na qual um membro do casal traz para sua relação com outro adulto do mesmo sexo filho de um casamento anterior com um adulto de sexo diferente.
2. A co-parentalidade, a criança é gerada sem que exista um comprometimento conjugal entre o pai e a mãe e esta fica a residir no núcleo familiar de um dos progenitores.
3. Uma terceira forma é a adoção feita por um ou pelos dois elementos do casal.
4. Inseminação artificial realizada com o sémen de um doador, no caso de um casal de mulheres, ou de uma barriga de substituição, que gera um filho com o sémen de um dos parceiros do casal masculino (Passos, 2005; Perroni & Costa, 2008; Zambrano, 2006).

As novas formas familiares, cada vez com maior saliência cultural, destabilizam as crenças baseadas no que “é natural”, afastam a discussão da família tradicional. A homoparentalidade terá ainda de se deparar com os efeitos da heteronormatividade na constituição das subjetividades do que é ser-se “pai” e “filho”. (Almeida, 2009).

2.3 Crenças sociais e atitudes face à homossexualidade e homoparentalidade

2.3.1 Atitudes homonegativas

As atitudes homonegativas são atitudes negativas em relação às pessoas homossexuais e são frequentemente encontradas nas sociedades ocidentais (Kite & Whitley, 2003). A homonegatividade pode decompor-se em três formas: o medo ou repugnância por pessoas homossexuais; juízo da homossexualidade como desviante ou patológica; atitudes negativas em relação aos direitos das pessoas homossexuais sobre uma perspectiva tradicional dos papéis de género (Herek, 2004, cit in Costa, 2013).

A homonegatividade é destacada por atitudes sexistas, em que a homossexualidade do indivíduo vai contra a visão tradicional da familiar nuclear e por consequente os papéis de género subjacentes a esta são postos em causa. As pessoas reveladoras destas atitudes são frequentemente pessoas com um maior nível de religiosidade e defendem uma política mais conservadora (Herek, 2000). O sexo masculino é o que demonstra maiores níveis de homonegatividade, especialmente e com mais intensidade relativamente à homossexualidade no masculino (Patterson, 2002). Este preconceito é encontrado inclusivamente em estudos realizados com estudantes do ensino superior (Gato, 2014).

As atitudes face à homossexualidade vêm fundamentar as atitudes face à homoparentalidade. A homonegatividade ou *heterossexismo*, termo introduzido por Morin em 1977 (cit in Gato, Leme & Leme 2010), reflete o preconceito para com pessoas homossexuais. As atitudes preconceituosas da comunidade heterossexual face à homossexualidade estão assim assentes na ideia heterossexista que classifica a homossexualidade como algo inferior, pouco natural e incorreta. Frías (2005) acrescenta, ainda que parece haver uma transformação progressiva das atitudes homofóbicas e uma aparente aceitação da homossexualidade no que concerne aos direitos civis da comunidade LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais), as atitudes heterossexistas mantêm-se e manifestam-se por exemplo na oposição à adoção homoparental sendo considerada como inferior e menos normal face à heteroparentalidade. Mesmo quando não subsistem atitudes especificamente negativas no que diz respeito à adoção homoparental, a ideia heteronormativa prepondera, verificando-se um favorecimento da parentalidade heterossexual face à homossexual. (Gato, Freitas, & Fontaine, 2012) Resultados semelhantes foram encontrados num estudo desenvolvido por Delgado (2013) que, ao avaliar as atitudes de estudantes face à adoção em função da orientação sexual dos adotantes, verificou a existência de atitudes globalmente positivas face à adoção quer hetero ou homoparental, contudo manifestou-se uma tendência ao heterossexismo no que diz respeito às competências parentais e desenvolvimento infantil. Neste mesmo estudo, as questões de género também parecem ter um papel

considerável no que concerne às atitudes, sendo que em algumas situações houve uma avaliação mais positiva dos casais homossexuais femininos face aos outros casais. O mesmo efeito de gênero foi verificado num estudo levado a cabo por Pinhel (2011).

2.3.2. Crenças e atitudes face à homoparentalidade

Como se pode verificar, as atitudes negativas face à homossexualidade repercutem-se em atitudes negativas face à homoparentalidade. Apesar de as investigações demonstrarem que não existem diferenças quanto ao desenvolvimento infantil e competências parentais entre casais hetero e homoparentais, existem, contudo, várias crenças subjacentes à temática, sendo as mais expressas: uma criança educada por um casal do mesmo vê comprometido o desenvolvimento da sua identidade sexual e de gênero, proporcionando a homossexualidade; as crianças sofrem um maior risco de abuso sexual; as crianças sofrem de discriminação, dada a homofobia que predomina na sociedade; o desenvolvimento psicológico é comprometido devido à carência de figuras masculinas e femininas de referência e por inadaptação das pessoas homossexuais nas competências parentais (Gato, 2014 ; Patterson 2002).

Segundo um estudo levado a cabo por Gonzalez, Chacón, Gomez, Sánchez & Morcillo (2003), verificam-se outras atitudes negativas face à homoparentalidade, destacando-se: homossexuais são pessoas insanas, instáveis, incapazes de formar família e carentes de competências parentais; as famílias homoparentais vivem em guetos, afastadas da sociedade e sem redes sociais de apoio; rapazes e raparigas que crescem com progenitores homossexuais não têm uma vida normal; crianças educadas num contexto homoparental têm seu desenvolvimento alterado pela carência de referências masculinas e femininas; estas crianças sofrerão de grande discriminação social, terão mais probabilidades de virem a ser também homossexuais e crescem num “ambiente” onde correm mais riscos de serem abusados sexualmente.

A fé de que a presença de dois progenitores de sexo diferente é imprescindível para o bom exercício das competências parentais e para um bom desenvolvimento da criança parecem ser os fatores mais associados às atitudes negativas perante a homoparentalidade (Patterson 2002). Os fundamentos dessas atitudes baseiam-se na crença de que as crianças irão crescer sem referências do masculino e do feminino e por isso ficarão desajustadas emocionalmente, serão discriminadas e serão elas também homossexuais, afirmando-se mesmo o risco de desaparecimento da própria civilização (Zambrano, 2006).

A discriminação em função dos papéis de gênero parece então ter influência na forma como se vê a parentalidade, principalmente, quando um casal de mães é visto de forma mais

favorecedora do que um casal de pais. Uma “maternidade em dose dupla” do que está associado à maternidade e feminidade, ou seja, duas mães, seria então considerado mais positivo do que só ter só uma mãe. No estudo de Delgado (2013), os participantes anteciparam que as crianças adotadas pelos casais homossexuais femininos tenderiam a apresentar menos problemas comportamentais que as crianças adotadas pelos casais homossexuais masculinos e heterossexuais. A noção de “dose dupla” na homoparentalidade feminina foi exposta por Biblarz e Stacey (2010) numa revisão de estudos em que os resultados apontavam que a homoparentalidade no feminino empregaria menos castigos físicos, daria uma educação mais flexível e seguia menos as normas sociais de conformismo e género.

Contrariamente, a homoparentalidade no masculino parece ser pior avaliada devido aos preconceitos para com a homossexualidade masculina que colocam em causa as competências parentais destes. O estereótipo de que os homossexuais masculinos não investem em relações estáveis, incompatibiliza-os ao exercício da homoparentalidade (Gross, 2012, cit in Gato, 2014).

Na avaliação negativa da adoção homoparental está também assente a ideia de que as crianças serão discriminadas socialmente. Embora não seja um cenário completamente irreal, segundo Delgado: “Negar a adoção a um casal homossexual com base no propósito de que este, assim como a criança, serão discriminados, será um ato discriminatório por si” (Delgado, 2013, pag. 23). Neste sentido verifica-se ainda um preconceito face à homoparentalidade baseado em crenças de que essas crianças teriam mais probabilidades de ser alvo de violência física por parte de crianças e de discriminação por parte de adultos. Esta posição coincide com o que Ryan (1971, in Waller, 2001, citado por Gato, Freitas, & Fontaine, 2012) apelidou de “*blame the victim*”, onde o casal é lesado devido ao preconceito baseado em crenças sociais infundamentadas.

2.3.3 Atitudes europeias face à homoparentalidade

A nível europeu, em 2006 o favorecimento da adoção homoparental rondava os 32%, ainda que 44% fosse favorável ao casamento homossexual. (Comissão Europeia 2006) Em Portugal, embora 60% da população concordasse com a atribuição de direitos e igualdade aos homossexuais, a maioria sentia-se menos confortável em ter um vizinho homossexual (Comissão Europeia 2009); apenas 29% das pessoas revelaram-se favoráveis ao casamento por casais do mesmo sexo e apenas 19% da população portuguesa concordava com a adoção por casais homossexuais (Comissão europeia, 2007). Dados do Euro barómetro 2008

revelaram que 65% dos portugueses consideravam que a discriminação com base na orientação sexual se encontrava disseminada no país. Estes dados, e em conformidade com os estudos de Nogueira e Oliveira (2010), mostram como a sociedade portuguesa ainda está assente em múltiplas dimensões do preconceito e da discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género.

Um estudo levado a cabo por Flórez (2012) concluiu que, em Espanha, tem havido uma mudança quanto às atitudes face às famílias homoparentais, verificando-se também que a imprensa não tem qualquer influência determinante na formação dessas atitudes. Concluiu-se que, relativamente há 20 anos atrás, a homoparentalidade é vista de forma cada vez mais positiva, o que dá às famílias homoparentais uma maior visibilidade e melhor inserção dentro da sociedade espanhola.

2.4 Principais Resultados dos Estudos Científicos sobre a Homoparentalidade

2.4.1. Posição das organizações científicas

As investigações realizadas até ao momento mostram de modo consensual que não existem diferenças significativas entre as crianças criadas por casais do mesmo sexo e crianças criadas por casais de sexo diferente. Os estudos revelaram-se unânimes no sentido em que não é a orientação sexual que determina as competências parentais, nem o desenvolvimento das crianças, mas sim variáveis associadas ao funcionamento familiar independentemente da sua estrutura.

Várias são as organizações profissionais, sob o olhar da psicologia e da medicina (especialmente, psiquiatria e pediatria) que apoiam a adoção homoparental. A Associação Americana de Psiquiatras (American Psychiatric Association) apoia sem reservas as iniciativas que permitam a adoção por casais homoparentais, apoiando todos os direitos legais, benefícios e responsabilidade que daí derivem. Esta mesma organização relata que as crianças adotadas por casais do mesmo sexo apresentam o mesmo nível de funcionamento emocional, cognitivo, social e sexual que as crianças adotadas por casais de sexo diferente (ApA,2002)

No mesmo sentido a American Psychology Association, pronuncia-se referindo que os casais femininos ou masculinos têm tanta probabilidade como os casais heterparentais para proporcionar ambientes saudáveis e protetores para os seus filhos (APA, 2002 cit in Fernandez & Vilar 2004). Em 2005 a APA publica “Lesbian and Gay Parenting”, onde se analisaram mais de 100 artigos de investigação sobre homoparentalidade desde 1975. Os

estudos sugerem que nem rapazes nem raparigas adotados por casais do mesmo sexo desenvolvem problemas psicológicos ou sociais que possam atribuir-se à orientação sexual dos seus pais (APA,2005).

Em 2013, em Portugal, a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), elabora um relatório de evidência científica sobre o desenvolvimento infantil nas famílias homoparentais onde conclui “que os resultados das investigações psicológicas apoiam a possibilidade de coadoção por parte de casais homossexuais, uma vez que não encontram diferenças relativamente ao impacto da orientação sexual no desenvolvimento da criança e nas competências parentais” (OPP, 2013, p.31). Outras associações pelo mundo evidenciam e apoiam os mesmos fatos, como a American Academy of Pediatrics, American Psychoanalytic Association e o Colégio Oficial de Psicólogos de Madrid (AAP, 2002; APSA 2012; COPM cit in Matias 2007).

2.4.2 Competências parentais e qualidade das relações familiares

Não se verifica a existência de diferenças entre casais homoparentais e heteroparentais quanto à qualidade como exercem a sua função de pais (Allen & Burrell, 1996; Fernandez, 2012, Fernandez & Vilar 2004), sendo os casais homoparentais tão capazes de criar ambientes saudáveis para os seus filhos sem prejudicar o desenvolvimento, ajustamento e bem-estar destes como os casais heteroparentais (Brooks & Goldberg 2001; Xavier, Mendes, Martins & Fernandes, 2011).

Independentemente da orientação sexual, pais que revelem menos stress parental, exercem técnicas parentais adequadas e que estejam satisfeitos quanto à relação amorosa, têm crianças com um bom ajustamento em geral, apresentando menos problemas comportamentais (Delgado, 2013). Nesse mesmo sentido, estudos de Brooks Goldberg (2001) indicam que o foco principal deve ser nos pais, e se estes oferecem boa educação e um ambiente seguro, e não na sua orientação sexual. Não existem evidências de problemas psicológicos nas crianças, nem de vinculação nos casais homoparentais com os seus filhos (Costa, Pereira, & Leal, 2012; Stacey & Biblarz 2001).

Em Espanha têm sido apresentados vários estudos, tanto com metodologia quantitativa como qualitativa, sobre o funcionamento interno das famílias homoparentais. Os estudos revelaram que essas famílias criam um ambiente físico, psicológico e social adequado para o desenvolvimento integral das crianças (Gonzalez et al 2002; Gonzalez et al 2003;) Enrique Arranz, ao estudar 214 famílias (tradicionais, monoparentais, homoparentais e reconstituídas) concluiu que as famílias homoparentais são excelentes para a formação de rapazes e raparigas. Um estudo realizado no contexto do sistema educativo espanhol demonstrou que as

famílias homoparentais têm um papel proactivo na educação escolar dos seus filhos e participam no desenvolvimento das próprias escolas (Floréz, 2012).

No que toca à educação familiar, foi realizado um estudo qualitativo com famílias homoparentais no qual se concluiu que a orientação sexual dos casais não determina as prioridades educativas. As famílias homoparentais dão especial relevância à educação e aos valores assim como a medidas preventivas orientadas para contrariar possíveis efeitos negativos que a sua orientação sexual possa causar aos seus filhos (Fernandez, 2012). Este estudo vai em encontro aos resultados de um estudo realizado por Stacey & Biblarz (2001) que sugerem que, apesar das crianças sofrerem algum preconceito, os comportamentos destas mostram a presença de um processo compensatório por parte da família para ajudá-las a lidar com este tipo de situações.

2.5 Estigmatização ou Inclusão: O papel dos técnicos da rede social

Apesar de a homossexualidade ter assistido a uma crescente visibilidade e aceitação social com uma diminuição progressiva no preconceito e na discriminação ao longo do tempo, isso não é razão para se pensar que o preconceito já não constitui um problema uma vez que ainda existe desinformação sobre o tema que resulta em diferentes consequências para essas pessoas/famílias (Nogueira & Oliveira, 2010).

O preconceito e a estigmatização são um fator desencadeador de stress nas famílias homoparentais, particularmente, se este for manifestado por técnicos da rede social, ou seja, profissionais que tenham uma relação direta com essas famílias e cujo papel seja o de prestar assistência quer a nível de saúde, educacional ou psicossocial, pois terá repercussões nas relações que essas famílias criam com o meio envolvente bem como na sua dinâmica familiar (Costa et al 2012; Gato, 2014). As famílias homoparentais podem sentir particularmente esse stress quer ao nível legal (impedimento à parentalidade); ao nível da saúde (preconceito na prática clínica); ao nível psicológico (falta de suporte social e comunitário); ao nível educativo (preconceitos que limitam uma total integração e aceitação das famílias nas escolas) e a nível de sociedade quando são deparados com heterossexismo em forma homofóbica de agressão verbal/física (Costa et al , 2012).

Estudos realizados em Portugal com pessoas LGBT verificaram que estas sentiam discriminação tanto a nível geral como especificamente nos contextos de justiça, educação, segurança social e saúde (Nogueira & Oliveira 2010). Já em 2008, um estudo realizado com pessoas de orientação homossexual (N=353) revelou que 13% dessas pessoas tinham sofrido

de discriminação por profissionais de saúde (Policarpo, Silva, & Monteiro, 2008 cit in Gato 2014).

Outros estudos evidenciam o discurso de futuros técnicos de intervenção social face à homossexualidade como algo não natural, avaliando a homoparentalidade de forma negativa face à heteroparentalidade, valorizando esta última (Gato, 2012; Moita, 2006).

Gato (2010) realizou um estudo com futuros profissionais das áreas de saúde, direito, educação e psicossociais, e concluiu que estes revelam um efeito significativo entre a orientação sexual dos adotantes a uma probabilidade acrescida de a crianças manifestarem uma orientação sexual por pessoas do mesmo sexo, bem como uma maior probabilidade de serem discriminadas socialmente. O mesmo autor realizou um outro estudo com 1288 alunos, futuros técnicos da rede social, onde verificou uma tendência dos estudantes (salvo os da área psicossocial) para atitudes mais negativas face à homossexualidade. (Gato, Freitas & Fontaine 2012) Essa visão heterossexista foi também verificada num estudo de Moita (2006) com profissionais da saúde mental em que nos seus discursos referiam-se à homossexualidade como “uma falha no processo de identificação” ou “uma falha narcísica”, bem como preconceitos relacionados com a incapacidade de envolvimento amoroso das pessoas de orientação homossexual, particularmente do sexo masculino. O mesmo estudo concluiu que estes preconceitos podem levar a terapias desadaptadas, bem como a enviesamentos na avaliação dos clientes. As atitudes negativas para com pais e mães de orientação homossexual partem não só da sociedade em geral como também de psicólogos e outros profissionais de saúde (Moita, 2006).

A nível internacional, um estudo realizado com mães homossexuais revelou que as que sofriam que maior preconceito a nível institucional tinham também maiores níveis de stresse parental (Bos, van Balen, van den Boom, & Sandfort, 2004, cit in Gato, 2014).

Nos Estado Unidos da América, um estudo realizado no sistema educativo sobre famílias homoparentais revelou que 51% das crianças com famílias homoparentais inquiridas no estudo sofreriam de maus-tratos verbais ou físicos por parte dos pares e professores (Gato & Fontaine, 2012). Uma pesquisa efetuada na Irlanda mostrou que a maioria dos professores e estudantes percecionaram a homossexualidade como um desvio da norma (O'Higgins-Norman, 2008, cit in O'Higgins-Norman, 2009).

No Brasil, um estudo realizado com estudantes de direito e de psicologia verificou que estes demonstram atitudes contrárias à adoção, sendo que os estudantes de psicologia revelam atitudes mais positivas (40%) do que os estudantes de direito (29%) face à adoção homoparental. Ainda assim, 23% da amostra considerou a adoção por casais do mesmo sexo

como algo anormal e 29% dos estudantes de direito consideram-na desnecessária (Araújo; Oliveira; Sousa & Castanha, 2007).

Também no Brasil um estudo realizado com psicoterapeutas concluiu que embora 30% da amostra mostrasse boa aceitação perante a homossexualidade, a homoparentalidade ainda era vista com algumas reservas, argumentando que: os modelos de gênero poderiam ter repercussões no desenvolvimento psicosssexual das crianças, discriminação social e deterioração da sua socialização escolar. Ainda assim, os psicoterapeutas referiam que, mais importante do que a orientação sexual dos pais, seria uma boa estrutura e maturidade emocional dos pais, autoaceitação e desejo de projeto de vida partilhado (Perroni & Costa, 2008).

Já em Espanha, num estudo levado a cabo por Gonzalez (2010) com famílias homoparentais, verificou que 100% das famílias tinham uma perceção positiva acerca do tratamento recebido pelos pediatras dos seus filhos, sendo que 84% destes conhecia de forma clara a estrutura específica da família. Relativamente à integração nas escolas, 72.4% das famílias afirmaram ter sido bem recebidas, sendo que 10.3% foram alvo de algum tipo de preconceito e/ou discriminação.

Noutro estudo realizado em Espanha em 2013 dá conta de que as relações entre as famílias homoparentais e os professores eram em geral vistas como positivas, sendo que 73% revelou ter recebido apoio, enquanto 3.8% teriam tido experiências de interação negativas e sido objeto de discriminação por parte de profissionais educativos. Dessa mesma amostra de famílias homoparentais, 18,3% assumiu ter tido medo de ser alvo de discriminação ao nível do sistema de saúde, 12.7% viveram alguma situação em que foram discriminados pelo seu modelo de família de forma implícita embora pouco frequente, e 9.9% das famílias foram alvo de comentários ofensivos. Das famílias entrevistadas, 59.2% assinalaram ter tido problemas jurídicos ou administrativos relacionados com o seu sistema familiar (Ruiz, 2013).

2.5.1. Formação sobre Homossexualidade/Homoparentalidade

Num dos primeiros estudos a cerca das atitudes face à homoparentalidade com pedopsiquiatras, a maioria (82%) considerou que a custódia de uma criança deve ser entregue aos progenitores com melhores competências, independentemente da sua orientação sexual, contudo 60% terá referido não ter experiência para indagar sobre as implicações da homoparentalidade. Num outro estudo realizado na Austrália com estudantes de Serviço social, embora as atitudes face à homoparentalidade se revelassem positivas, os alunos

denotaram como insuficiente a abordagem da temática no currículo académico (Camilleri & Ryan, 2006; Nestor, 1979, citado por Gato, Fontaine, & Carneiro, 2010).

No estudo de Gato (2010), os alunos revelaram ter pouca informação científica sobre o tema no âmbito das suas licenciaturas, principalmente os alunos da área de educação. Também nos estudos de Perroni (2006) se verificou que tanto a nível de experiências profissionais como a nível de conhecimento científico, os psicólogos clínicos ainda não estariam suficientemente preparados para o tema da homoparentalidade. No estudo realizado por Pinto (2014), apenas 32.9% dos profissionais teriam recebido informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade.

Em Espanha num estudo realizado com famílias homoparentais (Gonzalez, 2010), 86.1% destas manifestaram a necessidade de maior e mais específica informação sobre a diversidade familiar por parte de vários profissionais para evitar os efeitos indesejáveis que experimentaram no contacto com estes (pessoas mal informadas, discriminação explícita e sentem-se tratadas como um problema). Ressalvam ainda a necessidade de mais informação para ajudar em atitudes de tolerância, respeito e abertura e maior informação e atualização na diversidade familiar e de género. Relativamente às instituições sociais, 45.7% sentiram que vêm a sua família como um problema, estão desinformadas e ainda conversam preconceitos que as invisibilizam. Contudo, 31.4% consideraram que dessa desinformação e consequente discriminação de que são alvo não dependem das instituições em si mas de pessoas específicas com quem lidam nessas instituições. Mesmo assim 22.9% referiram que embora se tenham verificado mudanças, ainda há aspetos de devem ser melhorados.

Estudos salientam a importância e necessidade da formação a este nível que contribua para reflexão e cessação dos efeitos da homofobia nas instituições públicas, bem como a criação de currículos educacionais que abordem cientificamente a temática (Nogueira & Oliveira 2010).

Consta-se sumariamente que a visão dos técnicos que durante a sua atividade profissional contatem com famílias homoparentais pode refletir-se num fator de proteção ou exclusão para essas famílias. O percurso académico e profissional destes técnicos pode ser favorecido por disciplinas que enfoquem esta temática. A crença que cada profissional tem acerca da homoparentalidade, baseada cientificamente ou não, pode colocar em causa o relacionamento com estas famílias e o bem-estar destas.

2.6 Legislação

Tudo o que o governo regula e apoia no que consta à vida familiar, ou seja, as medidas governamentais dirigidas à família, é denominado de “políticas de família. Compostas por leis e estratégias de apoio que visam alcançar determinados objetivos para o núcleo familiar no seu conjunto ou para os indivíduos nos seus papéis familiares. Essas políticas familiares podem ser implícitas ou explícitas. São tidas como implícitas as ações governamentais que pretendem atingir toda a família e que são concebidas dentro de outras políticas já existentes, como as políticas de habitação ou sociais. Quanto às explícitas, são medidas que visam institucionalizar a política de família e criar dentro do poder político organismos responsáveis por problemáticas que visam incluir toda a família, como por exemplo, proteger famílias vulneráveis, promover a natalidade e proteger a maternidade (Nogueira & Oliveira 2010; Wall, 2010).

Na Constituição de 1976, pela primeira vez em Portugal existe um princípio de igualdade entre cônjuges, e entre filhos nascidos dentro ou fora do casamento. Todos os cidadãos passam a ter o direito de constituir família em condições de plena igualdade, os cônjuges passam a ter direitos e deveres iguais, e os filhos “ilegítimos” não podem ser objeto de qualquer discriminação (Wall, 2010).

Em 1977 ocorrem alterações face às leis do casamento, filiação e adoção, tendo-se verificado uma procura de reformular o direito de família em função de um maior respeito pela criança, pela pessoa individual, pelas diferentes formas de vida doméstica privada e promoção de maior igualdade entre os cônjuges (Wall, 2010).

No que diz respeito às políticas de adoção, é difícil perceber que situação se prende com cada país devido às múltiplas leis e normas. Na generalidade, a adoção por pessoa singular é aceite na grande parte dos países da Europa, salvo algumas exceções. A Suécia foi o 1º país do mundo a legalizar a adoção de crianças estrangeiras por casais do mesmo sexo. Já na Finlândia, os casais do mesmo sexo podem optar por custódia repartida (Almeida, 2009).

Em Portugal, as atitudes negativas relativamente à homoparentalidade são observáveis pela proibição da adoção por casais do mesmo sexo, já em Espanha a legislação permite desde 2005 adoção homoparental pela Ley 13/2005, 1ª lei europeia que equipara o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o entre pessoas de sexo diferente. A lei em Portugal impede também o recurso de lésbicas e mulheres heterossexuais sozinhas à PMA (Procriação Medicamente Assistida (Almeida, 2009).

2.7 Leis e atitudes sociais

2.7.1 Representações sociais

Como vimos anteriormente, compreender as atitudes face à adoção homoparental implica compreender as crenças que lhe estão associadas. Crenças e valores são um conceito inerente às representações sociais. As representações sociais seriam assim um conhecimento adquirido pelo questionar da realidade através do que se pensa sobre ela. Embora sejam consequência de experiências individuais, são intrínsecas aos contextos sociais dos sujeitos que as formulam (Castro, 2002; Porto, 2006).

Durkheim focava a diferença entre representações individuais, assentes na experiência individual (perceções, sensações, imagens localizadas na consciência de cada um) e representações coletivas como resultado da consciência coletiva, mais impessoais e resistentes à mudança (cit in Porto, 2006). Esta teoria das representações sociais foi re-trabalhada e batizada por Moscovici que referia as representações sociais como um sistema de valores e crenças aliadas a um conjunto de relações sociais que estabelecem a orientação dos indivíduos no mundo social e material e que os habilita para a tomada de atitudes. É então um conceito que recai sobre o pensamento social, a sua dinâmica e diversidade e que parte do pressuposto das existências de distintas valências do conhecer e do comunicar, guiados por objetivos diferentes (cit in Castro 2002; Porto, 2006). Jodelet refere-se às representações sociais como forma de concretizar a necessidade dos indivíduos se situarem no mundo e de o explicarem (cit in Porto, 2006).

Estas conceções remetem para as práticas sociais sendo que as mesmas podem exprimir-se em atitudes e comportamentos em diversas áreas, como a saúde, educação, família, etc. Deste modo, as representações sociais não são uma explicação total de um fenómeno, mas antes um fator auxiliador da comunicação. Os sentidos orientadores dessas atitudes estariam inseridos em contextos sociais, nos quais, por exemplo, são formuladas as políticas públicas (Brito & Camargo, 2011; Porto 2006).

A promoção de mudança social por parte do Estado, ou seja, mudança normativa por inovação legal, acontece quando: se tenta normalizar certas crenças e atitudes ao longo de toda a comunidade; é promovida por normas formais (leis), enquadradas ou definidas como um dever ou do que é certo; e enquadrando-se também em normas informais. Contudo, essas mudanças estão sujeitas a aspetos sociopsicológicos que a aceleram ou retardam (resistência) (Castro, 2012).

Neste prisma, a mudança social só pode ser entendida numa perspetiva temporal. A inovação legal e política desenvolver-se-ia então em 4 estágios: fase emergente - uma ideia ou preocupação que emerge na sociedade partindo muitas vezes de uma minoria. Nesta fase um

novo conjunto de valores e um novo discurso começa a organizar-se em torno de uma ideia e pode atingir um certo nível de consenso social e legitimidade. A segunda fase, a fase de Institucionalização, esse tal consenso social é refletido em um conjunto legal, político e de inovações sociais. Novas leis são criadas e novos sistemas de mediação são criados de forma a implementá-las (ministérios, órgãos governamentais). Entra-se então na terceira fase: a Generalização. Nesta terceira fase, as inovações legais são propostas para a sociedade por meio de campanhas, planos e outros estímulos que visam transformar as ideias e coordená-los com as práticas. Neste ponto, a direção principal da mudança é de cima para baixo. Nesta fase crucial fatores de resistência podem intervir para retardar o processo das leis. Só quando a generalização é plenamente realizada é que se pode entrar na quarta e última fase: a Estabilização, que é quando a ação e o discurso se tornam totalmente coordenadas (Batel & Castro 2009; Castro 2012; Castro, Garrido, Reis & Menezes, 2009).

Assim, a mudança normativa é um processo em que as leis formais elaboradas a um nível macro se tornam em normas aceites que, com o tempo, são integradas a nível micro como imperativos culturais ou dados adquiridos (Castro & Mouro, 2011; Castro, 2012)

Na fase de generalização, torna-se claramente intrínseco nos indivíduos, as leis como valores fundamentais, contudo, os novos valores não substituem inteiramente os antigos. Antigos e novos valores conjugam-se na mesma cultura, expondo sujeitos a mensagens opostas que podem resultar em ambivalência que por sua vez podem conduzir em resistência à mudança (Castro & Lima, 2001; Castro 2012). Como supra referimos a mudança normativa é pautada pela lentidão até estar completamente enraizada na sociedade e o seu conhecimento e aceitação terá impacto nas atitudes desta.

A visão que os profissionais de várias áreas têm sobre a legislação pode maximizar o potencial transformador das leis ou suprimi-lo, pois estes acabam por ser responsáveis pela tradução dessas leis no seu contato profissional. Por exemplo, realizou-se um estudo no Brasil com professores após a lei 9.394/96 que dita a arte como disciplina obrigatória nos currículos escolares. Desses resultados concluiu-se que os professores, quanto ao ensino da arte, percebem as exigências da legislação atual, contudo, esse fato não está completamente presente na prática uma vez que as orientações pedagógicas do passado ainda se estão incorporadas nas atitudes e no pensamento educacional actual (Correa, 2007).

A lei é proporcionadora da mudança e algumas atitudes podem advir do conhecimento explícito desta ou não. Ter conhecimento acerca de determinada legislação pode influenciar atitudes mais favoráveis e preparar melhor certos profissionais. A exemplo, num estudo realizado em Portugal com professores, verificou-se que 79% da amostra que revelava ter

conhecimento sobre o decreto-lei 3/2008 (crianças com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular) obteve uma média de atitudes visivelmente superior à média apresentada pelos restantes 20% da amostra, que relataram não ter conhecimento dessa lei e que exibiram uma média inferior (Ferreira, 2012).

Objetivos do Presente Estudo

Partindo do racional teórico desenvolvido anteriormente, procuramos responder às seguintes perguntas: serão os espanhóis mais favorecedores da adoção homoparental do que os portugueses, dadas as diferenças legislativas entre os dois países? Estarão estas diferenças presentes na forma como avaliam as competências parentais de famílias homoparentais? Estarão elas relacionadas com a forma como percebem o desenvolvimento futuro das crianças que crescem no seu seio? Em particular, de que forma imaginam o desenvolvimento psicossocial destas crianças e da sua orientação sexual? Terão visões diferentes do modo como poderão vir a ser vítimas de discriminação nos seus contextos escolares, sociais e culturais? Ainda, serão estas atitudes relacionadas com (i) o contacto interpessoal com pessoas gays e lésbicas e (ii) com a formação académica nestas questões? Sendo a visibilidade destas famílias maior em Espanha (face a uma legislação que lhes dá plenos direitos), existirão diferenças significativas neste contacto e na formação entre os dois países?

O presente estudo procurou então explorar e comparar os preconceitos existentes entre a população espanhola e portuguesa, nomeadamente entre os futuros intervenientes da rede social (áreas sociais, saúde, educacionais e jurídicas) relativamente ao desenvolvimento psicossocial das crianças adotadas por famílias heteroparentais vs. homoparentais. O estudo teve também como objetivo perceber em que medida essas atitudes estão associadas à legislação presente nesses países, ao contacto com a informação científica sobre esta temática durante o percurso académico e ao contacto interpessoal com pessoas homossexuais e famílias homoparentais.

Deste modo, o presente estudo apresenta as seguintes hipóteses:

H1: A população espanhola de futuros intervenientes sociais é mais favorecedora da adoção homoparental do que a portuguesa, avaliando como mais positivas as competências parentais de famílias do mesmo sexo.

H2: Os futuros intervenientes sociais portugueses evidenciam um maior preconceito do que os espanhóis na probabilidade de que as crianças adotadas por pessoas homossexuais virem a ser elas próprias homossexuais.

H3: Os futuros intervenientes sociais portugueses evidenciam um maior preconceito do que os espanhóis na probabilidade de que as crianças adotadas por pessoas homossexuais serem vítimas de discriminação.

H4: Os futuros intervenientes sociais espanhóis possuem maior contato com a informação científica sobre a homossexualidade/homoparentalidade durante o percurso académico do que os portugueses.

H5: Existe uma relação significativa direta entre a abordagem da temática na formação e atitudes positivas face à homoparentalidade.

H6: Há uma relação significativa direta entre o contacto interpessoal com pessoas homossexuais e atitudes positivas face à homoparentalidade.

3. MÉTODO

3.1 Participantes

Participaram neste estudo 630 estudantes do ensino superior, 272 (43.2%) de nacionalidade Portuguesa e 358 (56.8%) de nacionalidade Espanhola, provenientes maioritariamente da Universidade de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, Universidad Autónoma de Madrid e Univeridad Rey Juan Carlos. Os participantes frequentavam 18 cursos diferentes distribuídos em 4 áreas de formação: Ciências Sociais (N= 289; 45.9%), Educação (N=135; 21.4%), Saúde (N=79; 12.5%) e Direito (N=127; 20.2%). Os alunos pertenciam aos últimos anos da licenciatura (3ºano N= 262; 41.5% e 4ºano N=246; 39.0%), pós-graduação (N=3; <0.01%), mestrado (N=119; 18.0%), doutoramento (N=2; <0.01%) e pós-doutoramento (N=1; <0.01%) (ver Tabela 1).

A amostra foi maioritariamente composta por elementos solteiros (N=583; 92.5%) do sexo feminino (N=502; 79.7%), e na sua totalidade foi compreendida por indivíduos entre os 19 e os 60 anos de idade (N= 23; DP= 5.65) (ver Tabela 1). A distribuição da amostra por nacionalidades pode ser consultada na tabela 2.

A amostra não foi aleatoriamente selecionada, tendo sido obtida por amostragem de conveniência. Pretendeu-se que participassem neste estudo estudantes de nacionalidade Portuguesa e Espanhola das áreas de educação, saúde, justiça ou ciências sociais que estivessem a frequentar o 3º ano da licenciatura ou graus superiores nos respetivos países. Estes critérios de inclusão resultam de, por serem estudantes destas áreas e prestes a terminar os estudos, serem também uma população com grande probabilidade de, pelas circunstâncias das suas profissões, virem a relacionar-se profissionalmente com famílias homoparentais.

Como critério de inclusão na participação do estudo incorporou-se o critério de ser-se heterossexual e ter-se nacionalidade portuguesa ou espanhola para um melhor controlo sobre as variáveis que pudessem ter influência sobre resultados.

Embora não houvesse aleatoriedade na escolha dos participantes, estes foram aleatoriamente distribuídos pelas várias condições experimentais.

Tabela 1: Características sociodemográficas da amostra

	N	Percentagem
Nacionalidade		

Portuguesa	272	43.2%
Espanhola	358	56.8%
Sexo		
Feminino	502	79.7%
Masculino	128	20.3%
Área de curso		
Ciências Sociais	289	45.9%
Educação	127	20.2%
Saúde	79	12.5%
Direito	135	21.4%
Estado Civil		
Solteiro	583	92.5%
Casado	22	3.5%
Divorciado	3	0.5%
União de facto	6	1.0%
Viúvo	1	0.2%

Tabela 2: Caracterização sociodemográfica da amostra por nacionalidade

	N	Percentag	N	Percentag
	Portuguesa	em	Espanhola	em
Sexo				
Feminino	215	79%	287	80,2%
Masculino	57	21%	71	19,8%
Área de curso				
Ciências Sociais	115	42.3%	174	48.6%
Educação	51	18.8%	76	21.2%
Saúde	16	5.9%	63	17.6%
Direito	90	33%	45	12.6%
Estado Civil				
Solteiro	240	88.2%	343	95.8%
Casado	16	5.9%	6	1.7%
Divorciado	3	1.1%	0	-
União de facto	6	2.2%	0	-

Viúvo	1	0.3	0	-
Não responderam	6	2.2%	9	2.5%

3.2 Instrumentos

As atitudes face à adoção homoparental foram medidas através de dois questionários, um sobre a competência parental dos/as adotantes e outro sobre o desenvolvimento psicológico da criança adotada, após a leitura de um cenário de adoção de uma criança por um casal. Tratou-se de um estudo de desenho experimental dado que existe uma manipulação da orientação sexual dos/as candidatos/as a adotantes no caso apresentado (vinheta ou situação-estímulo), bem como do sexo da criança retratada, sendo os participantes distribuídos aleatoriamente pelas condições.

Questionário de caracterização sociodemográfica

Inicialmente recolheram-se dados sociodemográficos de cada um dos participantes (área do curso, curso, grau de frequência, sexo, idade, nacionalidade e estado civil).

Situação-estímulo (adaptada de Gato, Freitas, & Fontaine, 2013).

Trata-se de uma situação – estímulo onde é apresentada uma vinheta (situação concreta) na qual é descrito um casal de candidatos aptos à adoção de uma criança de 6 anos. Existem 6 vinhetas com a mesma situação mas que diferem entre si apenas na orientação sexual dos candidatos e no sexo da criança, mudando-se-lhes os nomes próprios.

Foi escolhida a mesma situação-estímulo para todos os participantes para se ter a vantagem de uniformizar as condições de partida, ou seja, a situação ser em todos os casos idêntica, diferenciando-se unicamente nas variáveis que se pretende estudar. No sentido também de uniformizar os dados, optou-se pela aplicação de uma única situação-estímulo por participante. O número de vinhetas aplicadas neste estudo difere das 14 originais (Gato, 2012) dado que não era do interesse deste estudo utilizar a variável solteiro/cônjuge, não sendo este o foco da presente investigação. Deste modo, as situações apresentadas variavam nas seguintes condições: orientação sexual dos/as adotantes (Lésbica vs. Gay vs. Heterossexual) e sexo da criança (Rapariga vs. Rapaz) tendo sido apresentadas 6 situações: (a) um casal heterossexual que pretende adotar uma criança do sexo masculino; (b) um casal heterossexual que pretende adotar uma criança do sexo feminino; (c) um casal de gays que pretende adotar uma criança do sexo masculino; (d) um casal de gays que pretende adotar uma criança do sexo feminino; (e) um casal de lésbicas que pretende adotar uma criança do sexo masculino;

(f) um casal de lésbicas que pretende adotar uma criança do sexo masculino. Após a leitura de uma das situações, cada indivíduo avaliou as competências parentais do casal e o desenvolvimento psicológico da criança adotada.

Esta situação – estímulo apresentada foi criada por Camilleri e Ryan (2006) a partir do trabalho de Crawford e Solliday (1996), e adaptada por Gato, Freitas e Fontaine (2013) ao contexto português. Após autorização de Gato, a vinheta foi sujeita a um processo de tradução-retroversão para o castelhano, tal como todos os instrumentos usados neste estudo. Foram ainda feitas algumas adaptações tendo em conta o contexto espanhol (alteração da cidade de residência do casal, nomes dos adotantes e das crianças). Posteriormente foi assegurada a validade facial da versão espanhola a partir de uma reflexão falada com 3 jovens adultos espanhóis estudantes do ensino superior.

Escala de Avaliação das Competências Parentais

(Crawford, Mcleod, & Zamboni, 1999; Gato, Freitas, & Fontaine, 2013)

Seguidamente à apresentação da situação-estímulo foi apresentada uma escala com o intuito de avaliar perceção que o participante faz acerca de variados aspetos das competências parentais do casal candidato para adotar a criança, nomeadamente na avaliação da estabilidade emocional do casal, a sua capacidade paternal e consequente atribuição de custódia, bem como a probabilidade destes mal tratarem fisicamente a criança ou/e a negligenciarem.

É uma escala de 6 itens (versão já reduzida por Gato et al, 2013), com resposta de tipo likert de 6 graus crescentes em que as âncoras de resposta variam consoante o item. A escala original, Couples Rating Scale - foi desenvolvida por Crawford, McLeod e Zamboni (1999), e recentemente adaptada para a versão portuguesa por Gato, Freitas e Fontaine, 2013. A escala apresentou características psicométricas satisfatórias para esta amostra (Tabela 3). A qualidade psicométrica também foi reportada em outros estudos realizados em Portugal (Gato, 2014)

Tabela 3: Consistência interna da Escala de Avaliação das Competências Parentais

N itens	2	3	4	5	6	Total	M	DP
1	0.35**	0,24**	0,56**	0,55**	0,63**	0.76**	5.21	1.02
2	-	0.55**	0.34**	0,29**	0.37**	0.69	4.98	1.01
3	-	-	0.12**	0,28**	0.27**	0.59	4.85	0.96

4	-	0.67**	0.54**	0.75	5.06	1.1
5		-	0.61**	0.78	4.56	1.2
6			-	0.79	4.91	1.01
Total				$\alpha=0.82$	4.93	0.76

Nota 1: * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$

Nota 2: Os itens correspondem a questões específicas da escala, sendo: (1) Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?; (2) Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de negligência emocional?; (3) Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de violência física?; (4) Como avalia a estabilidade emocional das pessoas deste casal?; (5) Que expectativa tem acerca da estabilidade deste casal no futuro?; e (6) Se fosse você a decidir, qual a probabilidade de atribuir a custódia desta criança a este casal?

Escala de Avaliação dos Resultados Desenvolvimentais da Criança (Gato, Freitas, & Fontaine, 2013)

Esta é uma escala composta por 11 questões que permitem ao participante exprimir-se sobre a probabilidade de a criança adotada por determinado casal vir a manifestar no futuro: uma boa autoimagem; de se relacionar com os outros; ser vítima de discriminação social; apresentar problemas de comportamento/emocionais e ter uma orientação sexual e/ou comportamentos de género normativos.

É também respondida numa escala tipo likert, variando entre 1 e 6, onde 1 é nenhuma probabilidade e 6 total probabilidade. A escala apresentou características psicométricas satisfatórias para esta amostra (Tabela). A satisfação psicométrica foi também verificada anteriormente em outros estudos (Gato, 2014)

Variáveis adicionais: Contacto e Formação. Após a resposta a estas duas escalas o participante era questionado se teve ou tem conhecimento na esfera pessoal de famílias homoparentais e/ou de quem se identifique como sendo gay, lésbica ou bissexual. Sendo a resposta afirmativa, era pedido ao participante que indicasse, numa escala de 1 a 6, a frequência do contacto com essa/as pessoa/as.

De seguida o participante era questionado sobre o contacto com informação académica sobre a homossexualidade e sobre homoparentalidade durante a sua formação e, se sim, em que contexto. Era também pedido que avaliasse essa informação em termos de quantidade e qualidade numa escala de 1 a 6.

3.3 Procedimento

Após a aceitação do projeto do estudo pelo departamento da universidade e sua aprovação, os questionários foram aplicados presencialmente em Lisboa e em Madrid, tendo sido inicialmente uma pequena percentagem dos questionários recolhida online ($N \approx 100$). Procedeu-se ao contacto com professores de várias instituições do ensino superior com o objetivo de solicitar que o questionário fosse aplicado em contexto de aula. A partir de uma abordagem direta aos alunos, foi-lhes pedido que respondessem a um questionário de 5 minutos antecedido de uma breve explicação dos objetivos do estudo (estudar atitudes de portugueses e espanhóis face a diversos tipos de famílias e seus filhos), e clarificou-se que o estudo seria de participação voluntária, anónima e confidencial tendo contudo alguns critérios de participação. Dessa forma os questionários eram entregues a todos os alunos, podendo estes deixá-los em branco. A distribuição da ordem dos questionários foi feita de forma aleatória e, no caso dos questionários online, os links foram dispostos aleatoriamente para que se conseguisse um número aproximadamente igual de todas as situações-estímulo.

4 - RESULTADOS

Foi inicialmente efectuada uma análise de frequências para cada uma das tipologias apresentadas tendo sido agrupadas as situações estímulo em 3 grupos: Casal heterossexual, casal homossexual masculino e casal homossexual feminino. Observou-se uma distribuição semelhante dos participantes pelos grupos: casal heterossexual (N= 213; 33.8%); casal homossexual masculino (N=215; 34.1%) e casal homossexual feminino (N=202; 33.1%).

4.1 Avaliação das Competências Parentais percebidas

Analísaram-se os resultados obtidos para a escala de competências parentais, recorrendo-se ao t-test student para duas amostras independentes (portuguesa vs. espanhola). Verificou-se que, na sua totalidade, os participantes revelaram uma atitude positiva face à adoção (M= 4.93), sendo que a amostra espanhola efectuou uma avaliação significativamente mais positiva das competências parentais na adoção comparativamente à amostra portuguesa ($t(627) = -2.08, p \leq 0.05$).

Uma ANOVA a dois factores foi efectuada para avaliar as diferenças não só em termos da nacionalidade dos participantes (2 níveis), mas também do tipo de casal a ser avaliado (3 níveis), tendo as competências parentais como variável dependente. Verificou-se o efeito principal da nacionalidade (conforme resultados do t-test apresentado anteriormente); contudo, os efeitos principal da tipologia de família e de interacção não se revelaram estatisticamente significativos [efeito nacionalidade $F(1,629) = 4.15, p < 0.05$; efeito de tipologia $F(1,629) = 1.60, p = 0.20$; efeito de interacção $F(2,629) = 0.42, p = 0.66$]. Apesar de não significativa, houve uma ligeira tendência de ambas as amostras para classificarem o casal homossexual feminino com melhores competências parentais relativamente aos outros casais (Gráfico 1).

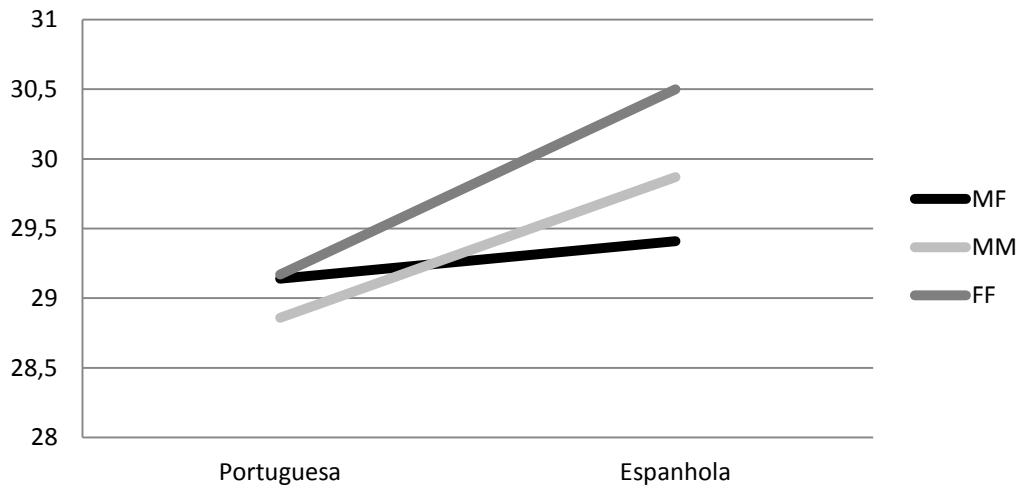


Figura 1: Avaliação das competências parentais dos distintos grupos em função da Nacionalidade

Para averiguar especificamente a perceção da população amostral em relação à adoção homoparental, foram seleccionados os casos de casais homossexuais masculinos homossexuais femininos, tendo-se realizado as análises das diferenças contando apenas com estas situações (i.e. excluindo a adopção por casais de sexo diferente).

Apesar de a amostra total evidenciar uma atitude positiva face à adoção por casais homossexuais ($M=4.9$), denotam-se diferenças significativas entre a amostra portuguesa ($M=4.89$) e espanhola ($M=5.03$), com $t(415) = -2.04$, $p \leq 0.05$. Os resultados mostram que os estudantes portugueses relativamente aos espanhóis avaliam as competências de um casal homossexual de forma menos positiva.

No contexto da homoparentalidade, e como se pode verificar na tabela 4, tanto a amostra portuguesa como a espanhola avaliaram de forma mais positiva a capacidade de o casal transmitir valores ($M=5.27$) e a estabilidade emocional do casal ($M=5.07$). No que diz respeito ao item 6 (atribuição de custódia), observaram-se respostas superiores ao ponto médio da escala de resposta ($M=5.01$). Observou-se uma tendência contrária para os itens 2 e 3 (Probabilidade de maus tratos físicos e negligência emocional).

Tabela 4: Competências Parentais em função da Nacionalidade

	Amostra Portuguesa	Amostra Espanhola	Total

1.Capacidade para transmitir valores	M	5.16	5.35	.27	5
	(DP)	1.16	1.03	.09	1
2.Maus tratos físicos	M	4.40	4.68	.56	4
	(DP)	1.38	1.23	.30	1
3.Negligência emocional	M	4.85	4.99	.93	4
	(DP)	1.04	1.06	.05	1
4.Estabilidade emocional dos adotantes	M	4.99	5.13	.07	5
	(DP)	1.03	1.05	.04	1
5.Estabilidade do casal no futuro	M	4.82	4.97	.90	4
	(DP)	1.06	0.99	.02	1
6.Atribuição de custódia	M	4.95	5.06	.01	5
	(DP)	1.27	1.11	.23	1

4.2 Contacto interpessoal

Relativamente ao contacto interpessoal com pessoas de orientação homossexual e famílias homoparentais, 88.7% da amostra afirmou conhecer ou ter conhecido alguém que se identificava como sendo gay/lésbica ou bissexual (N=559), enquanto apenas 20.1% afirmou conhecer famílias homoparentais (N=127).

A amostra espanhola, como se pode verificar no gráfico 2, evidenciou um contacto ligeiramente superior quer com pessoas de orientação homossexual (93.2%) quer com famílias homoparentais (22.6%). Para amostra portuguesa, obtivemos valores de 82.7% e 16.9% respetivamente.

Quanto à frequência do contacto (Gráfico 3), verificou-se que no caso do contacto com pessoas de orientação homossexual, 31.8% da amostra caracterizou esse contacto como muito frequente (6 numa escala de likert de 1 a 6). A média do grau de contacto com pessoas de orientação homossexual foi de $M=4.26$, sendo que a amostra portuguesa apresentou uma média de $M=4.04$ e a espanhola uma média de $M=4.48$. Constatou-se que a amostra espanhola teve significativamente mais contacto com pessoas de orientação homossexual do que a amostra portuguesa ($t(557) = -3.214, p \leq 0,01$).

No que diz respeito ao grau de contacto com famílias homoparentais, o grau de contacto verificou-se globalmente como pouco frequente no caso da amostra portuguesa sendo que 30% dos que afirmaram conhecer famílias homoparentais caracterizaram o grau de contacto como muito pouco frequente (1 numa escala de likert de 1 a 6). Contudo a média total do contacto com famílias homoparentais foi de $M=3.5$, sendo que a amostra portuguesa apresentou uma média de $M=3.20$ e a espanhola $M=3.79$ (Gráfico 3). A amostra espanhola obteve uma média de contacto com famílias homoparentais maior que a amostra portuguesa, porém essa diferença não se revelou estatisticamente significativa nesta amostra ($t(125) = -1.87, p=0.06$).

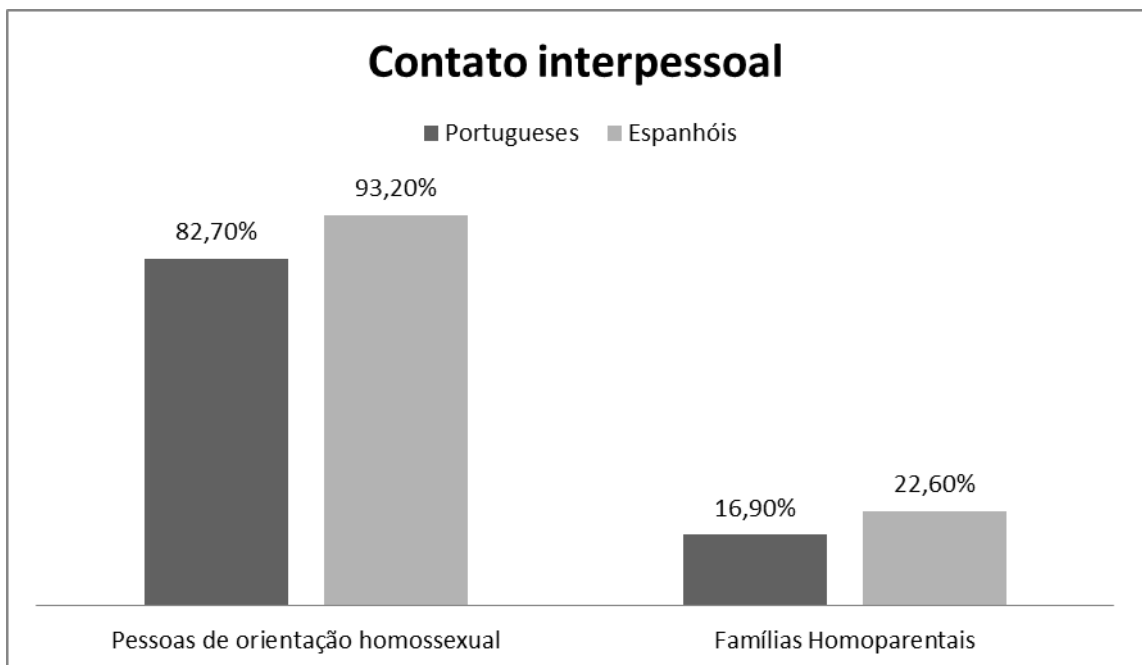


Figura 2: Contacto interpessoal com pessoas de orientação homossexual e famílias homoparentais em função da nacionalidade.

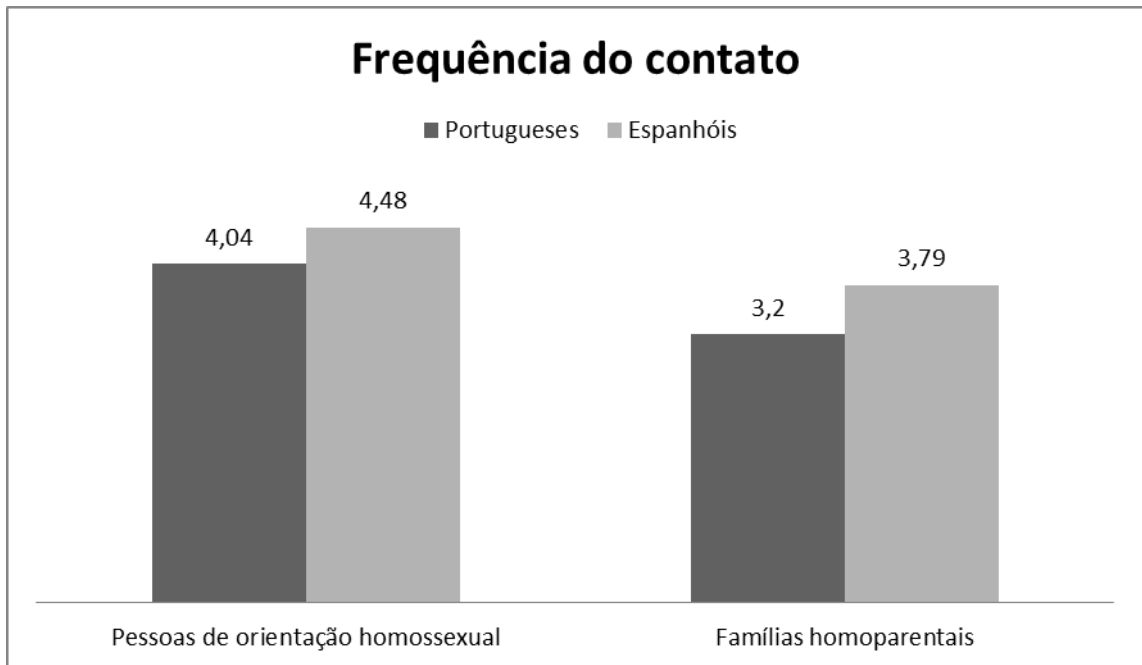


Figura 3: Grau de frequência do contacto interpessoal com pessoas de orientação homossexual e famílias homoparentais em função da nacionalidade

Seguidamente, a partir de uma análise pelo t-test student procurou-se verificar a relação entre o contacto interpessoal com pessoas homossexuais e atitudes positivas face à homoparentalidade. Apurou-se que o contacto com pessoas de orientação homossexual evidenciou uma relação positiva significativa com atitudes face à adoção homoparental ($t(415) = -3.67, p \leq 0.01$), embora não fosse encontrada a mesma relação entre o contacto com famílias homoparentais e atitudes positivas face à adoção homoparental ($t(415) = -1.14, p = 0.26$).

4.3 Formação académica

Relativamente à formação sobre a homossexualidade e a homoparentalidade, verificou-se que, na totalidade da amostra, 53.5% (N=337) assumiu ter recebido informação académica sobre a homossexualidade, enquanto 42.4% afirmou ter recebido formação sobre a homoparentalidade. Como se pode verificar no gráfico 4, apurou-se que a amostra espanhola reportou contacto ligeiramente maior com informação académica sobre a homossexualidade (53.9%, N=193) e maior contacto com informação académica sobre a homoparentalidade (43.2%, N=155) do que a amostra portuguesa com valores de 52.9% (N=144) na informação académica sobre a homossexualidade e 41.1% (N=112) no que consta à homoparentalidade.

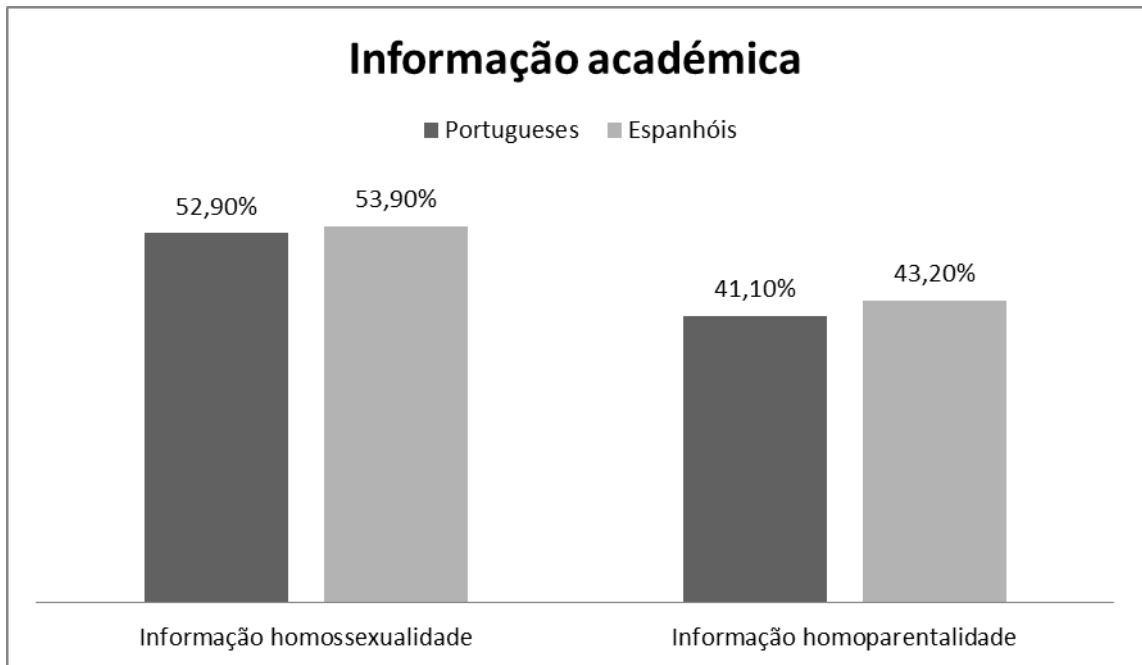


Figura 4: Contacto com informação académica sobre a homossexualidade / homoparentalidade em função da nacionalidade

No que diz respeito à quantidade e qualidade da informação recebida sobre a homossexualidade, esta foi considerada globalmente satisfatória, sendo que 25.6% dos estudantes que tiveram formação sobre o tema classificaram a quantidade como 4 ($M= 3.8$) numa escala de likert de 0 a 6, sendo que para a amostra espanhola a média foi de 3.69 e para a portuguesa verificou-se $M=3.92$ (Gráfico 5). Essa diferença não se verificou estatisticamente significativa ($t(326)=1.43$, $p=0.15$). Relativamente à qualidade da informação recebida sobre a homossexualidade, a globalidade da amostra classificou boa ($M= 4.14$ numa escala de likert de 0 a 6), havendo pequenas diferenças entre a amostra portuguesa ($M =4.21$) e a amostra espanhola ($M=4.08$), diferenças não significativas estatisticamente ($t(329)=0.96$, $p=0.33$). No que se refere à homoparentalidade, não houve diferenças significativas na quantidade e na qualidade da informação recebida entre a amostra portuguesa e a amostra espanhola. A amostra portuguesa quantificou a informação recebida com $M=3.89$ e a amostra espanhola com $M=3.89$. Quanto à qualidade da informação recebida, os valores mostraram uma média de 4.15 na amostra portuguesa e 4.18 na amostra espanhola (Gráfico 5).

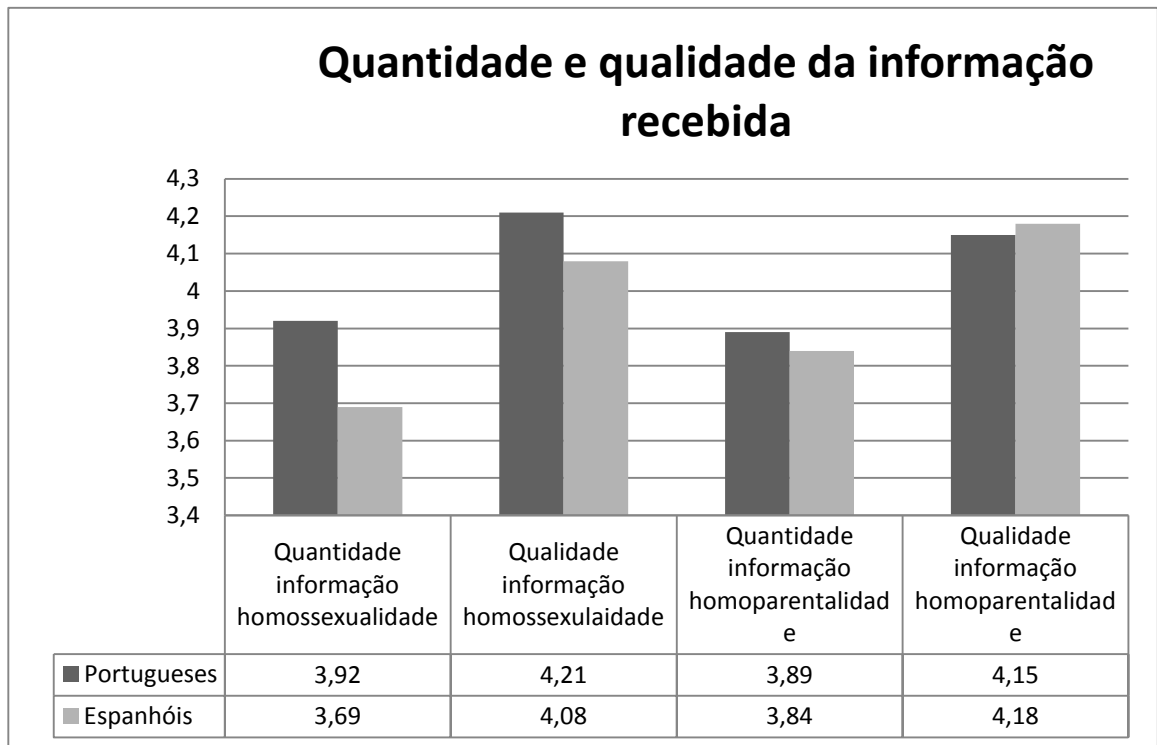


Figura 5: Médias de quantidade/qualidade da informação académica recebida sobre a homossexualidade/homoparentalidade em função da nacionalidade.

Para verificar-se se havia ou não uma relação significativa entre a abordagem da temática na formação e atitudes positivas face à homoparentalidade, utilizou-se o t-test student. Verificou-se que os estudantes que durante o seu percurso académico tiveram formação sobre o tema da homossexualidade evidenciaram uma atitude significativamente mais positiva relativamente à adoção homoparental ($t(415) = -2.820, p \leq 0,01$). Porém a relação entre a abordagem da temática da homoparentalidade não teve uma associação significativa com as atitudes face à adoção homoparental ($t(415) = -1.69, p = 0.91$).

Ao falarmos acerca da informação recebida sobre o tema da homossexualidade e da homoparentalidade, podemos ainda verificar que, de entre as várias áreas, os alunos de Ciências Sociais foram os que mais referiram ter recebido informação acerca da homossexualidade (62.9%; N=182) contrariamente aos alunos de educação onde se verificou um menor contacto com o tema (41.7%; N= 65). Como se pode ver no gráfico 6, no que diz respeito à homoparentalidade, novamente foram os alunos da área das ciências sociais que evidenciaram maior abordagem da temática durante o percurso académico (48.8%; N= 141). Constatou-se ainda que os alunos de saúde foram os que tiveram menos informação sobre o tema (24%; N=19), seguidamente dos alunos de educação (34.6%; N= 44).

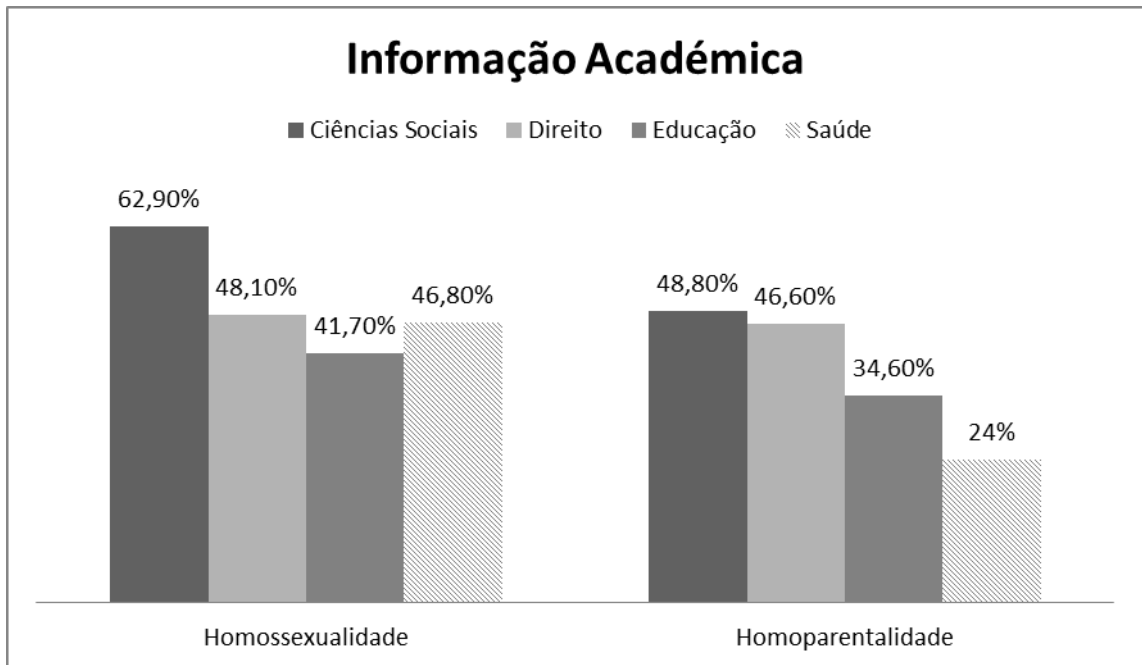


Figura 6: Contacto com informação académica sobre a homossexualidade / homoparentalidade em função à área de curso

Quanto à quantidade e qualidade da informação recebida, os alunos de direito foram os que referem ter recebido mais informação acerca da homossexualidade ($M=3.85$) enquanto os alunos de ciências sociais classificaram a informação recebida sobre a homossexualidade com melhor qualidade ($M=4.3$). Quanto à informação recebida sobre a homoparentalidade, o mesmo sucedeu, com uma média de informação recebida sobre a homoparentalidade para os alunos de Direito de $M= 4.03$ e a qualidade de informação recebida pelos estudantes de ciências sociais de $M=4.24$. Contrariamente, a área de saúde foi a que revelou ter ligeiramente menor quantidade e qualidade na informação recebida relativamente à homoparentalidade ($M=3.55$; $M=3.75$) respetivamente, seguida da área de educação ($M=3.81$ e $M=4.09$), prevalecendo também médias mais baixas quanto à quantidade e qualidade de informação recebida sobre a homossexualidade relativamente a outros cursos (Gráfico 7).

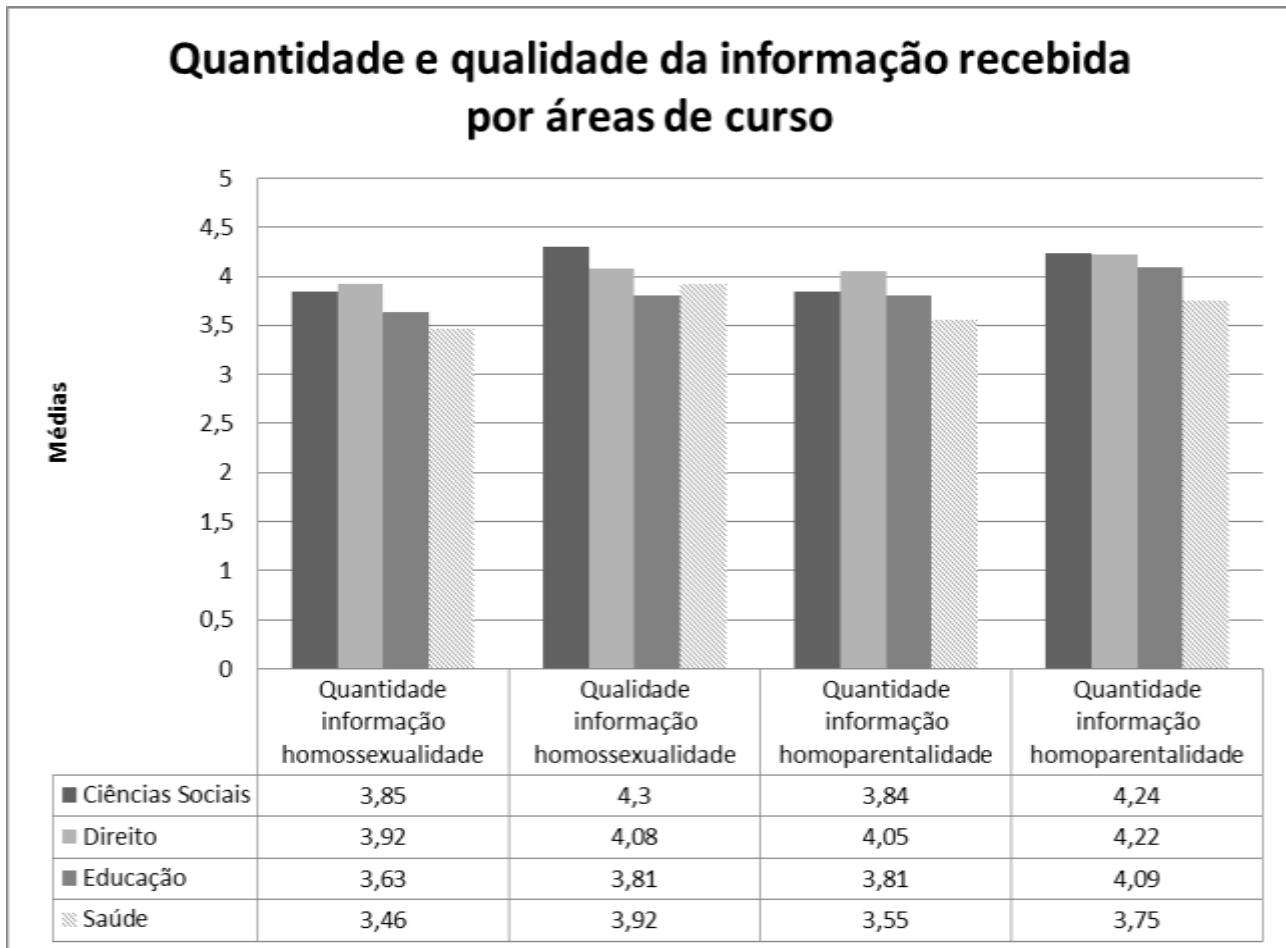


Figura 7: Médias de quantidade/qualidade da informação académica recebida sobre a homossexualidade/homoparentalidade em função da área de curso

4.4 Avaliação dos Resultados Desenvolvidos da Criança percebidos

Analisaram-se os resultados obtidos para a escala de Avaliação dos Resultados Desenvolvidos da Criança, recorrendo-se a uma análise descritiva quantitativa das médias para cada item (numa escala de likert de 0 a 6).

No contexto da homoparentalidade, e como se pode verificar na tabela 5, a amostra na sua globalidade manifestou que haveria mais probabilidade de a criança adotada ter uma boa imagem de si ($M=4.97$); de sentir-se bem como rapaz/rapariga e mais tarde como homem/mulher ($M=4.87$), bem como de ter facilidade em relacionar-se bem com os outros ($M=4.93$). O mesmo se verificou na avaliação do desenvolvimento de crianças adotadas pelo casal heterossexual com valores de $M=4.87$; $M= 4.6$ e $M= 4.5$ respetivamente. Verificou-se

também, que o desenvolvimento da criança nestes três fatores parece ser ligeiramente mais favorável nas situações de crianças adotadas por casais homossexuais.

No contexto homoparental, a probabilidade de a criança vir a manifestar problemas de comportamento ($M=2.49$) e problemas emocionais ($M= 2. 57$) foram os itens avaliados com menor probabilidade de ocorrência. O mesmo sucede na avaliação do desenvolvimento da criança adotada pelo casal heterossexual $M=3.01$ e $M= 3.10$ respetivamente. Verificou-se também para estes itens uma ligeira tendência em considerar o desenvolvimento da criança adotada pelo casal heterossexual menos favorável relativamente aos casais homossexuais. Houve uma tendência contrária nos itens 9 e 11 com médias de 3.03 e 2.4 no caso das crianças adotadas pelo casal heterossexual e médias de 3.73 e 3.13 para as crianças adotadas por casais homossexuais.

Comparando a média entre as nacionalidades, verificou-se que a amostra portuguesa avaliou de forma ligeiramente mais positiva o desenvolvimento das crianças adotadas pelos casais homossexuais comparativamente aos participantes espanhóis, exclusive relativamente ao item 1 (dados não apresentados).

Tabela 5: Avaliação dos Resultados Desenvolvimentais da Criança em função da Nacionalidade.

		Amostra Portuguesa	Amostra Espanhola	Total
1.Ter uma boa imagem de si.	M	4.89	5.03	4.97
	(DP)	1.08	0.95	1.00
4.Problemas de comportamento	M	2.53	2.46	2.49
	(DP)	1.14	1.18	1.13
5. Problemas emocionais	M	2.77	2.43	2.57
	DP)	1.21	1.11	1.16
8. Relacionar-se bem com os outros	M	4.94	4.91	4.93
	(DP)	1.07	1.09	1.08
9. Violência verbal/física por parte de outras crianças	M	3.96	3.55	3.73
	(DP)	1.43	1.29	1.36
10. Sentir-se bem como rapaz/rapariga e mais tarde como homem/ mulher	M	4.93	4.82	4.87

	(DP)	1.02	1.11	1.07
11. Discriminação por parte de adultos	M	3.47	2.88	3.13
	(DP)	1.35	3.13	1.34

Nota: excluíram-se da análise das médias os itens (2) apresentar gostos e atividade específicos de uma rapariga; (3) apresentar gostos e atividade específicos de um rapaz; (6) manifestar preferência sexual por rapazes; e (7) manifestar preferência sexual por raparigas. Por serem itens específicos sobre questões do género da criança adotada e não se revelar necessário nesta análise de médias em que se analisam principalmente as diferenças entre os casais e não entre as crianças adotadas.

Realizou-se um t-test student no qual se verificou que a opinião dos participantes a probabilidade percebida de a criança adotada vir a ser alvo de discriminação (item 9 e 11) foi significativamente maior no caso de ser adotada por um casal homossexual do que por um casal heterossexual ($t(628) = -7.52, p \leq 0.01$).

Quisemos também verificar se essa diferença se verificou para ambas as amostras/nacionalidades. Para tal, realizou-se uma ANOVA a 2 fatores, com a nacionalidade dos participantes e a orientação sexual do casal adotante nas vinhetas como variáveis independentes; e a probabilidade da criança ser alvo de discriminação como variável dependente. Dessa forma, e como podemos verificar no gráfico 8, os resultados mostraram que existe um efeito principal da orientação sexual do casal adotante na probabilidade percebida de a criança ser alvo de discriminação ($F(1.630) = 60.99, p \leq 0.001$), em que no caso a criança adotada por um casal homossexual foi tida como mais suscetível à discriminação. O efeito principal da nacionalidade dos participantes na probabilidade da criança ser alvo de discriminação também foi significativo ($F(2.630) = 19.63, p \leq 0.01$), no caso participantes de nacionalidade espanhola fizeram uma avaliação mais baixa na probabilidade de discriminação. O efeito da interação entre a nacionalidade dos participantes e orientação sexual dos candidatos não se verificou significativo ($F(2.630) = 0.78, p = 0.38$).

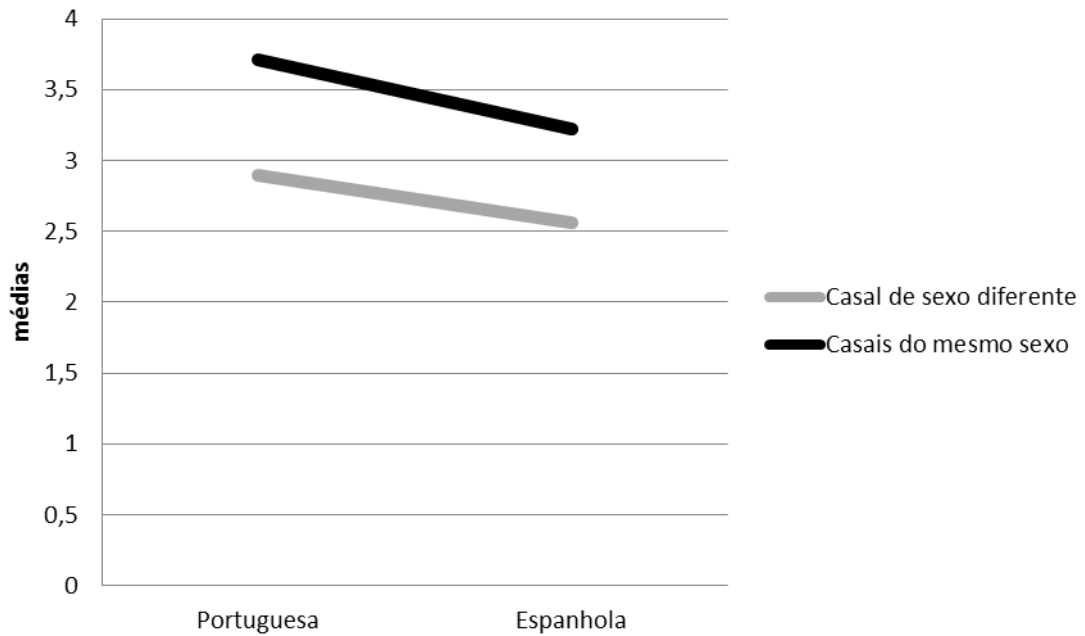


Figura 8: Avaliação da probabilidade de discriminação dos distintos grupos em função da nacionalidade

Relativamente à probabilidade de as crianças adotadas virem a manifestar orientação sexual homossexual, foi realizado um t-test student para comparar a significância das médias atribuídas. A análise foi feita separadamente para as vinhetas em que a criança adotada era um rapaz ou uma rapariga.

Verificou-se, que para a situação de rapaz adotado, apesar de existirem ligeiras diferenças e na sua globalidade a amostra evidenciar maior probabilidade de orientação homossexual em rapazes adotados por casais de sexo diferente ($M=2.89$) do que em casais do mesmo sexo ($M=2.74$), essas diferenças não se revelaram estatisticamente significativas ($t(311) = 1.091$, $p= 0.76$).

Para avaliar esse efeito em função também na nacionalidade dos participantes, realizou-se uma ANOVA a 2 fatores onde se verificou a existência de um efeito de interação entre a nacionalidade dos participantes e a orientação dos candidatos na probabilidade do rapaz vir a manifestar uma orientação homossexual ($F(5.553) = 4.080$, $p \leq 0.05$) (Gráfico 9).

Efectivamente, a amostra portuguesa considerou haver mais probabilidade de no futuro este manifestar uma orientação sexual dirigida a outros rapazes no caso de ser adotado por um casal de sexo diferente ($M=3.0$) do que por um casal do mesmo sexo ($M=2.53$). por sua vez, a amostra espanhola considerou haver uma ligeira maior probabilidade de, no futuro, o rapaz

manifestar uma orientação homossexual quando adotando por um casal do mesmo sexo ($M=2.90$) do que por um casal de sexo diferente ($M=2.80$).

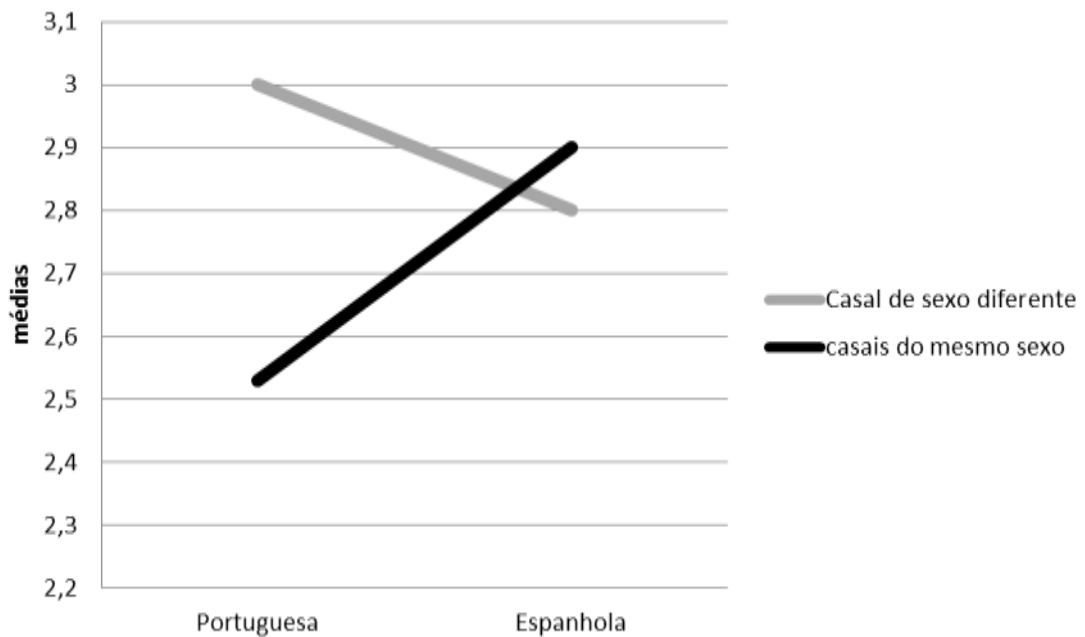


Figura 9: Avaliação da probabilidade de um rapaz manifestar preferência homossexual consoante o grupo em função da nacionalidade dos participantes.

Para a situação de rapariga adotada, globalmente as médias da amostra apontaram uma ligeira diferença entre a probabilidade de uma rapariga adotada manifestar no futuro uma orientação homossexual quando adotada por um casal do mesmo sexo ($M=3.20$) ou por um casal de sexo diferente ($M=3.0$). Porém, estas diferenças não foram estatisticamente significativas ($t(315) = -1.396$, $p = 0.164$). Considerando a nacionalidade dos participantes, os resultados foram semelhantes, i.e. não significativos. A amostra portuguesa considerou não haver diferenças entre uma rapariga adotada por um casal do mesmo sexo ($M=2.97$) ou de sexo diferente ($M=2.96$) relativamente à sua futura orientação sexual. Quanto à amostra espanhola, a avaliação da probabilidade da rapariga adotada, no futuro manifestar uma orientação homossexual mostrou-se ligeiramente superior no caso de ser adotada por pessoas do mesmo sexo ($M=3.36$) do que por um casal de sexo diferente ($M=3.04$), não sendo significativa essa diferença.

5 – DISCUSSÃO

O presente estudo procurou verificar e comparar os preconceitos existentes entre a população espanhola e portuguesa, nomeadamente entre os futuros intervenientes da rede social (áreas sociais, saúde, educacionais e jurídicas) relativamente ao desenvolvimento psicossocial das crianças adotadas por famílias heteroparentais vs. homoparentais. O estudo teve também como objetivo perceber em que medida essas atitudes estão associadas à legislação presente nesses países, ao contacto com a informação científica sobre esta temática durante o percurso académico e ao contacto interpessoal com pessoas homossexuais e famílias homoparentais.

Na generalidade os resultados traduzem uma avaliação positiva face à adoção homoparental. Não se evidenciam diferenças nas atitudes face à orientação sexual dos candidatos à adoção, o que não vai ao encontro de outros estudos realizados em Portugal (Gato et al 2012; Moita, 2006). Ainda assim, e porque a nossa população amostral conta com participantes de nacionalidades diferentes, podemos verificar diferenças no que toca à avaliação inter-amostal relativamente às atitudes face a adoção homoparental. Os dados vão de encontro à hipótese 1 deste estudo evidenciando que a amostra espanhola mostra atitudes significativamente menos preconceituosas face à adoção homoparental do que a amostra portuguesa.

Houve uma tendência embora não significativa de globalmente se avaliar mais positivamente as competências parentais do casal homossexual feminino face aos outros. Esta tendência não é propriamente surpreendente uma vez ao longo da literatura se encontram referidos aspetos relacionados com representações sociais de género (Biblarz & Stacey, 2010; Delgado, 2013; Oliveira, 2010; Pinhel 2011). Desta forma ser-se mulher/mãe estaria sempre associado ao cuidado e responsabilidade pelos filhos e a situação de ter-se “duas mães” seria sinónimo de maior cuidado e carinho e mais/melhores competências parentais comparativamente com um pai e uma mãe ou dois pais. Aqui não é tanto a questão da orientação sexual por si só que revela impacto na percepção das competências parentais, mas os papéis de género associados à parentalidade.

No contexto da homoparentalidade ambas as amostras avaliaram de forma mais positiva no que diz respeito à capacidade de o casal transmitir valores, estabilidade emocional do casal e probabilidade de atribuição de custódia. O desenvolvimento de problemas de emocionais e/ou de comportamento parecem ser o que menos preocupa/tem menos probabilidade de

ocorrência numa situação de adoção homoparental. Estes resultados vão ao encontro aos encontrados por Gato et al (2012).

O contacto interpessoal com pessoas que se identifiquem como gays/lésbicas/bissexuais revelou ter um papel significativo. Os estudantes que tiveram mais contacto interpessoal com estes manifestaram atitudes menos preconceituosas em relação à homoparentalidade. Desta forma, os resultados parecem confirmar a hipótese 6 deste estudo. Talvez por uma grande parte da amostra ter evidenciado conhecer alguém que se identifique sexualmente como gay/lésbica/homossexual (88.7%), associado a um grau de contacto considerado como frequente a muito frequente, a amostra na sua generalidade não evidenciasse grandes diferenças entre famílias homoparentais e heteroparentais nas suas competências parentais. Também no mesmo sentido verifica-se que a amostra espanhola mostrou atitudes mais favoráveis à adoção homoparental, também relatou maior contacto interpessoal e com maior frequência com as referidas pessoas do que a amostra portuguesa.

O mesmo não se verificou para o contacto com famílias homoparentais. A visibilidade e legalidade destas famílias ainda não está presente no nosso país, embora isso se faça sentir no país vizinho (Gato, 2014; Ruiz, 2013). Apesar de amostra espanhola também evidenciar maior conhecimento e contacto com famílias homoparentais do que a amostra portuguesa, esta variável não teve repercussões nem na diferença entre nacionalidades nem na influência nas atitudes face à homoparentalidade. Podemos refletir que estes resultados poderão não ter força suficiente por a amostra que realmente teve contacto com este tipo de famílias ser ainda muito pequena. Ainda, a grande parte da amostra portuguesa caracterizou esse contacto como muito pouco frequente, o que pode significar que os indivíduos não conheciam suficientemente estas famílias para julgar as suas competências parentais, ao contrário do que acontece quando o contacto com pessoas homossexuais é frequente.

Relativamente à formação sobre a homossexualidade e a homoparentalidade, os resultados confirmam parcialmente a H5, ou seja, a informação académica sobre esta temática parece estar relacionada com atitudes mais positivas face à adoção homoparental. No entanto, esta afirmação só é válida quando se trata de formação sobre a homossexualidade globalmente) e não especificamente sobre a homoparentalidade.

Na totalidade da amostra não houve diferenças significativas a nível da quantidade e da qualidade de conteúdos sobre estas temáticas entre os estudantes dos dois países. Porém, um resultado pouco expectável comparando com outros estudos realizados em Portugal (Gato, 2014; Pinto, 2014) foi que os estudantes portugueses revelaram ter mais quantidade e

qualidade na informação académica sobre homossexualidade/homoparentalidade do que os estudantes espanhóis.

Estes resultados, embora surpreendentes podem ser vistos como um sinal positivo para a mudança social portuguesa no que diz respeito à aceitação destas famílias. Indica que, embora as famílias homoparentais não sejam uma realidade a nível legal, elas existem e são faladas/debatidas a nível académico. Este estudo verificou o que outros já tinham indagado, que o conhecimento científico ajuda a desmitificar crenças pessoais que estejam relacionadas com o tema (Gato, 2014). Ora, a desmitificação de crenças leva ao decrescer da ambivalência de atitudes que criam resistência à mudança (Castro, 2012). Desta forma um maior conhecimento sobre o assunto associado a atitudes menos preconceituosas, com o tempo, ajudará a uma maior aceitação destas famílias e pode funcionar como facilitador da mudança de um nível micro para macro. Poderíamos a partir das fases de mudança social (Castro, 2011; Castro, 2012) situar a população espanhola (ou pelo menos no que respeita à amostra participante) na fase de Estabilização enquanto Portugal pode estar a caminhar para uma fase Emergente no que se refere à adoção homoparental.

Ainda falando sobre a informação académica recebida sobre este tema, importa referir um aspeto que é: o facto de que na globalidade os alunos de educação e saúde serem os que menos têm contacto com informação académica e que a consideram de menor qualidade. Estas conclusões vão ao encontro de outros estudos (Gato, 2010; Pinhel, 2011), sendo os professores e técnicos de saúde agentes que podem funcionar como facilitadores ou minimizadores da inclusão da homoparentalidade é importante que se estes estejam melhor preparados e informados para não penalizarem estas famílias na sua futura prática profissional.

A área de ciências sociais, maioritariamente representada por alunos de psicologia, foi o grupo onde se verificou um maior contacto/qualidade no tema da homossexualidade/homoparentalidade, o que vai ao encontro de outros estudos (Gato et al, 2012). Ainda assim, os estudantes de direito comparativamente com outros estudos (Gato et al. 2012; Araújo et al. 2007) evidenciaram um maior contacto/qualidade em matéria oferecida sobre esta temática. Este facto pode significar que, a nível da área da justiça, este é um tema que tem recebido atenção recente e não passa despercebido.

No que concerne aos resultados desenvolvimentais da criança, a amostra portuguesa avaliou de forma ligeiramente mais positiva o desenvolvimento das crianças adotadas pelos casais homossexuais comparativamente aos participantes espanhóis, exclusive relativamente ao item 1 (ter boa imagem de si mesma). Contudo, evidenciou também médias mais altas nos

itens que se referiam à probabilidade de as crianças serem vítimas de violência física e/ou verbal por parte de outras crianças e discriminação por parte de adultos. A amostra na sua globalidade evidenciou crenças mais fortes na probabilidade de a criança no seu desenvolvimento sofrer de discriminação. Ainda assim, a amostra portuguesa evidenciou um maior preconceito na probabilidade de as crianças adotadas por pessoas homossexuais serem vítimas de discriminação. Estes dados confirmam a hipótese 3 deste estudo e vão ao encontro de outros estudos (Delgado, 2013).

Relativamente à probabilidade de as crianças adotadas virem a manifestar uma orientação homossexual, os resultados mostraram-se contrários aos expectáveis. Por um lado, os portugueses indicaram haver mais probabilidade do rapaz adotado manifestar interesse sexual por outros rapazes quando educado por pessoas de sexo diferente do que por pessoas do mesmo sexo. A mesma tendência não se encontrou na amostra espanhola. Por outro lado, quando a criança-alvo era do sexo feminino, não foram encontradas diferenças significativas na probabilidade de esta vir a revelar interesse sexual por outras raparigas, quer em termos da família adoptante (homo- ou hétero-parental), quer em termos da nacionalidade dos participantes. Estes resultados não corroboram assim a hipótese 2.

Podemos refletir a partir destes dados, que parece haver uma tendência de a amostra portuguesa avaliar os resultados desenvolvimentais das crianças adotadas por casais do mesmo sexo de acordo com uma deseabilidade social. Por um lado a amostra portuguesa avalia os resultados desenvolvimentais da criança adotada por um casal do mesmo sexo de forma ligeiramente mais positiva que a amostra espanhola, por outro crê que possam ser mais vítimas de discriminação, e no fator da orientação sexual mostra-se incoerente.

Parece que existe uma procura de contrabalançar os efeitos indesejáveis da discriminação pelo favorecimento em outros aspetos do desenvolvimento. Os aspetos referenciados como mais prováveis de ocorrerem durante o desenvolvimento foram os relacionados com a discriminação da sociedade em geral, enquanto que nos outros itens (preconceito mais explícito do indivíduo) poderá ter havido uma tendência de resposta mais positiva, agindo de acordo com a norma anti-preconceito (Pereira, 2009).

É de referir que este estudo teve algumas limitações, nomeadamente no que consta à recolha de dados. Houve pouca adesão relativamente aos questionários on-line tendo sido necessária a recolha presencial de dados. Tal implicou alguns constrangimentos na resposta aos questionários dadas as condições de participação. Houve também dificuldade em recolher dados de alunos da área de saúde, uma vez que o estudo é com alunos finalistas e os alunos de saúde já se encontravam quase todos em estágio. Considera-se como outra limitação a

probabilidade de os participantes terem efetuado uma avaliação positiva face à homoparentalidade devido às vinhetas (situação ideal de adoção), o que pode por si só pode influenciar em resultados mais benéficos face às competências parentais e aos resultados desenvolvimentais das crianças.

Futuros estudos com profissionais já integrados no âmbito profissional podem fortalecer os dados desta investigação e perceber melhor como as pessoas que já trabalham no campo percecionam as famílias homoparentais de acordo também com as suas experiências. Uma vez que o estudo foi feito especificamente com estudantes do ensino superior, finalistas e de áreas específicas, seria interessante um estudo com a população em geral onde se analisasse que ambivalências e resistências à mudança prevalecem e de que forma a mudança legislativa poderia ter um impacto na representação social da homoparentalidade.

Visto que a mudança social é um processo lento, é de referir a importância da replicação de estudos de forma a obter uma retrospectiva desta e os fatores que levam com que se desenvolva mais rapidamente ou não.

6 – REFERÊNCIAS

- AAP, Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health (2002). Coparent or Second-Parent Adoption by Same-Sex Parents. *American Academy of Pediatrics*, 109, 2, 341-344.
- Alarcão, M. (2000). *Desequilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto.
- Alarcão, M., & Relvas, A. (2002). *Novas formas de família*, Coimbra: Quarteto.
- Allen, M., & Burrell, N.(1996) Comparing the impact of homosexual and heterosexual parents on children: meta-analysis of existing research. *Journal of homosexuality*. 32, 19-35.
- Almeida, M. (1989) “Não desejarás o teu próximo: a homossexualidade como pecado, crime e doença: espelho da construção social da sexualidade, do género e dos afectos”, em F.O. Baptista *et al.* (orgs.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Lisboa, JNICT, 851-860.
- Almeida, M. (2009) “O esperma sagrado: algumas ambiguidades da homoparentalidade em contextos euro-americanos contemporâneos. *Quaderns de l’Institut Català d’Antropologia*. 25, 109-121.
- APA, Committe on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committe on Woman Psicology. (2005) *Lesbian and gay parenting A resource for psychologists*. American Psychological Association. Washington, DC.
- American Psychiatric Association. (2002). *Adoption and co-parenting of children by same-sex couples*. Disponível em: <http://www.psychiatry.org/>.
- American Psychological Association (2008) *Answers to your questions: For a better understanding of sexual orientation and homosexuality* Washington, DC: Author Disponível em: <http://www.apa.org/>
- American Psychoanalytic Association. (2012) *Position Statement on Parenting*. Disponível em: http://www.apsa.org/About_APsaA/Position_Statements.aspx.

- Araújo, L., Oliveira, J., Sousa, V., & Castanha, A., (2007). Adopção de crianças por casais homoafectivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19, (2), 95-102.
- Batel, S., & Castro, P. (2009). A social representations approach to the communication between different spheres: An analysis of the impact of two discursive formats. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 39, 415- 433.
- Biblarz, T., & Stacey, J. (2010). «How does the gender of parents matter?». *Journal of Marriage and Family*, 72, 3-22.
- Brito, A. & Camargo, V. (2001). Representações sociais, crenças e comportamentos de saúde: um estudo comparativo entre homens e mulheres. *Temas em Psicologia*, 19 (1), 283-303.
- Brooks, D., & Goldberg, S. (2001). Gay and Lesbian Adoptive and Foster Care Placements: can they meet the needs of waiting children?. *National Association of Social Workers*, 46 (2), 147-157.
- Castro, P. (2003). Pensar a natureza e o ambiente – alguns contributos a partir da teoria das representações sociais. *Estudos de Psicologia*, 8 (2), 263-271.
- Castro, P. (2012). Legal innovation for social change: Exploring change and resistance to different types of sustainability laws. *Political Psychology*, 33, 105-121.
- Castro, P., Garrido, M., Reis, E., & Menezes, J. (2009). Ambivalence and conservation behaviour: An exploratory study on the recycling of metal waste. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 24–33.
- Castro, P., & Lima, L. (2001). Old and new ideas about the environment and science: An exploratory study. *Environment and Behavior*, 33, 400–423.
- Castro, P., & Mouro, C. (2011). Socio-psychological processes in dealing with change in the community: Insights gained from biodiversity conservation. *American Journal of Community Psychology*, 47, 362–373.
- Comissão Europeia (2006). *Eurobarometer 66. Public opinion in the European Union*.

- Comissão Europeia (2009). *Discriminação na UE 2009*.
- Correa, C. (2007). Atitudes e Valores no Ensino de Arte: Após a Lei nº 4024/61 até a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96. *Eccos Revista Científica*. 9(1), 97-113.
- Costa, P., Pereira., & Leal, H. (2012) Homoparentalidade: O estado da investigação e a procura de normalização. *Psicologia*, 26 (1), 55-69.
- Crawford, I., McLeod, A., Zamboni, B., & Jordan, M. (1999). Psychologists' attitudes toward gay and lesbian parenting. *Professional Psychology: Research and Practice*, 30(4), 394-401.
- Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). Disponível em: <http://www.gddc.pt/>.
- Delgado, A. (2013). *Atitudes Face à Adoção de Crianças por Casais Homossexuais: A Visão de Estudantes do Ensino Não Regular da Região Autónoma da Madeira*. (Dissertação de mestrado publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Eurobarómetro. (2008). *Discrimination in the European Union 2008*.
- Fernández, M. (2012). Ser madres y ser Padres en familias homoparentales: análisis del discurso de sus percepciones sobre la educación de sus hijos y hijas. *Ensayos, Revista de la Facultad de Educación de Albacete*, 27, 143-158.
- Fernandez, R., & Vilae A (2004). Aportaciones desde la Salud Mental a la Teoría de la Adopción por Parejas Homosexuales. *Avances en Salud Mental Relacional, Revista Internacional On-line*. 3(2), 1-15.
- Ferreira, A. (2012). *As atitudes dos professores do 1º ciclo do ensino básico relativamente à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais*. (Dissertação de mestrado publicada). Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.
- Floréz, A. B. (2012). Estudio y análisis de la percepción social de las familias homoparentales y su presencia en la prensa escrita española. Universidad de Valencia, Valencia.

- Frias-Navarro, M., Llobell, J., Monterde, I., Bort, H. y Sánchez, S. (2006). Creencias sobre la parentalidad de parejas del mismo sexo: causas de la homosexualidad. en *VII Congreso Internacional de psiquiatría*. 1- 24.. Disponível em: <http://www.interpsiquis.com/index.php>.
- Gato, J., Freitas, D., & Fontaine, A. (2012). Atitudes Relativamente à Homoparentalidade de Futuros/as intervenientes da rede social. *Psicologia*, XXVI (1), 71-95.
- Gato, J., Freitas, D., & Fontaine, A. M. (2013). Attitudes Toward Same-Sex Parenting: Exploratory, Confirmatory, and Invariance Analyses of Two Psychometric Scales. *Journal of GLBT Family Studies*, 9(3), 205–229.
- Gato, J. C., Fontaine, A. M., & Carneiro, N. S. (2010). Percepção de futuros profissionais de áreas psicossociais sobre o desenvolvimento psicológico de crianças educadas em famílias homoparentais. In *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* 1010 – 1023.
- Gato, J., Leme, V. B. R., & Leme, A. A. (2010). Atitudes relativamente à homossexualidade em Portugal e no Brasil. In *Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/>
- Gato, J. (2014) *Homoparentalidades: perspectivas psicológicas*. Coimbra: Almedina.
- González, M^a., Sánchez, M^a., Morcillo, E., Chacón, F. & Gómez, A.(2002). *El desarrollo infantil y adolescente en familias homoparentales. Informe preliminar*. Departamento de Psicología Evolutiva y de la Educación, Universidad de Sevilla.
- González, M.-M.; Chacón, F.; Gómez, A.; Sánchez, M.A. y Morcillo, E. (2003). Dinámicas familiares, organización de la vida cotidiana y desarrollo infantil y adolescente en familias homoparentales (pp. 521-606). En *Estudios e investigaciones 2002*. Madrid: Oficina del Defensor del Menor de la Comunidad de Madrid. Disponível em: <http://www.dmenormad.es/>.

- González, M, López, F., Serantes, A. (2010). Familias homoparentales en España tras el cambio legislativo: logros, dificultades y retos. En *XI Congreso Español de Sociología. FES*, Pamplona.
- Herek, G. (2004). Beyond “homophobia”: Thinking about sexual stigma and prejudice in the twenty-first century. *Sexuality Research and Social Policy*, 1, 6-24.
- Herek, G. M. (2000a). The psychology of sexual prejudice. *Current Directions in Psychological Science*, 9, 19-22.
- Kite, M.. & Whitley, B. (2003). Do heterosexual women and men differ in their attitudes toward homosexuality? A conceptual and methodological analysis. In Linda D. Garnets & Douglas C. Kimmel (Eds.), *Psychological perspectives on lesbians, gay, and bisexual experiences*, 165-187. New York: Columbia University Press.
- Leandro, M.(2001). *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Leandro, M. (2006) Transformações da família na história do Ocidente. *Theologica*, 41, 51-74.
- Ley 13/2005, de 1 de julio por la que se modifica el Código Civil en matéria de derecho a contraer matrimonio. BOE nº157, 23632-23634.
- Matias, D. (2007). Psicologia e orientação sexual: realidades em transformação. *Análise Psicológica*, 1(25), 149-152.
- Moita, G. (2006). A patologia da diversidade sexual: homofobia no discurso de clínicos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 53-72.
- Navarro, F., Llobell, P., & Bort, M. (2004). Hijos de padres homosexuales: qué les diferencia. V *Congreso Virtual de Psiquiatría*. Universitat de València.

- Nogueira, C., & de Oliveira, J. (orgs), Almeida, M., Costa, C., Rodrigues, L., & Pereira, M. (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género: Lisboa.
- O'Higgins-Norman, J. (2009). Still Catching up: schools, sexual orientation and homophobia in Ireland. *Sexuality & Culture*, 13, 1-16.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2013). *Relatório de evidência científica psicológica sobre relações familiares e desenvolvimento infantil nas famílias homoparentais*. Lisboa.
- Pinto, A. (2014) *Pensar a Homoparentalidade...A partir de diferentes profissionais relativamente à parentalidade homossexual*. (Dissertação de mestrado publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Passos, M. (2005). Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família, *Psicologia. Clínica.*, 17 (2), 31-40.
- Patterson, C. J. (2002). Lesbian and gay parenthood. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting: Vol. 3. Being and becoming a parent* (317-338). New York: Lawrence Erlbaum.
- Pereira, A. (2009). *Normas Sociais, Crenças sobre a natureza da Homossexualidade e Preconceito contra os homossexuais*. Tese de Doutoramento em Psicologia Social e organizacional, Especialidade em Psicologia Social, no Departamento de Psicologia Social e das Organizações. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Perelson, S. (2006). A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. *Revista de Estudos Feministas*, 14, 709-730.
- Perroni, S., Costa, M. (2008). Psicologia Clínica e Homoparentalidade: desafios contemporâneos. Em *Seminário Internacional "Fazendo Género: Corpo, Violência e Poder"* (1-7). Florianópolis.

- Pinhel, J. (2011). *Percepções dos Professores acerca da Homoparentalidade: Mais mãe que lésbica, mas mais homem que pai?* (Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores não publicada). ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Porto M. (2006) Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 8, 250-73.
- Ruiz A. (2013). *Familias homoparentales en España: integración social, necesidades y derechos (Resumen ejecutivo)*. Universidad Autónoma de Madrid, Departamento Interfacultativo de Psicología Evolutiva y de la Educación, Madrid.
- Stacey, J., & Biblarz, T. (2001). (How) Does sexual orientation of parents matter? *American Sociological Review*, 65, 159-183.
- Wall, K., Aboim, S., & Cunha, V. (2010), «Conclusões: Negociando velhas e novas masculinidades», in Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (Orgs.), *A vida familiar no masculino: Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 458-471.
- Xavier, P., Mendes, F., Martins, E., & Fernandes, R. (2011). A Homoparentalidade na perspetiva de estudantes do ensino superior. Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional Galego-Portugués de Psicopedagogía. Disponível em: <http://repositorio.ipv.pt/>.
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12 (26), 123-147.

7- ANEXOS

Anexo A – Exemplo de questionário aplicado para a amostra portuguesa

Nota: A escala de Avaliação dos resultados desenvolvimentais da criança não é apresentada na íntegra sendo apenas referidos alguns exemplos. Para mais informações contactar o autor da mesma (Professor Jorge Gato jorgegato@fpce.up.pt).

Caro (a) participante,

No âmbito de uma dissertação do Mestrado de Psicologia Social e das Organizações a decorrer no ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Carla Moleiro e baseado no trabalho anterior do professor Jorge Gato (Gato, Freitas, & Fontaine, 2012), está a decorrer um estudo cujo intuito é explorar e comparar as atitudes da população universitária portuguesa e espanhola relativamente a diversos tipos de famílias e os/as seus/suas filhos/as.

Para isso, gostaríamos de contar com a sua colaboração. A sua participação é totalmente voluntária, anónima e confidencial. Assim, os dados recolhidos são anónimos e a sua eventual publicação só poderá ter lugar em revistas da especialidade, sendo apresentados os dados globais e não de cada participante.

Para participar neste estudo deve preencher as seguintes condições:

- Ser estudante universitário(a) e frequentar o 3º ano da licenciatura ou graus superiores.
- Estudar uma das seguintes áreas de estudos: educação, saúde, direito ou ciências sociais.
- Ser de nacionalidade portuguesa.
- Ser heterossexual.

Grata pela sua colaboração!

Mónica Tavares

ISCTE-IUL

Monica.Tavares.Parreira@hotmail.com

Área do Curso:

- Educação
- Saúde
- Direito
- Ciências Sociais

Curso: _____

A frequentar:

- 3º ano da licenciatura
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento

Outro: _____

Sexo:

- Masculino
- Feminino

Idade: _____

Nacionalidade: _____

Estado civil: _____

Considere a seguinte situação familiar:
(Apresentação da vinheta com situação estímulo)

Com base na história que acabou de ler, posicione-se quanto às seguintes questões:

1. Em que medida considera que a adoção é a melhor alternativa para uma criança órfã de 6 anos, que esteja sob a custódia do Estado?

Pior opção Melhor opção

Nada preocupado Muito preocupado
2. Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira do casal que pretende adotar a criança?
3. Qual o nível de apoio que considera que este casal receberia da sua comunidade, ao criar esta criança?

Nenhum apoio Total apoio
4. Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?

Nenhuma capacidade Total capacidade
5. Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de negligência emocional?

Nenhuma probabilidade Total probabilidade
6. Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de violência física?

Nenhuma probabilidade Total probabilidade
7. Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de abuso sexual?

Nenhuma probabilidade Total probabilidade
8. Como avalia a estabilidade emocional das pessoas que pretendem adotar esta criança?

Nenhuma estabilidade Total estabilidade
9. Que expectativa tem acerca da estabilidade deste casal no futuro?

Nenhuma estabilidade Total estabilidade

10. Em que medida está preocupado/a com as competências parentais deste casal?
- Nada preocupado Muito preocupado
-
11. Se fosse você a decidir, qual a probabilidade de atribuir a custódia desta criança a este casal?
- Nenhuma probabilidade Total probabilidade
-

Ainda relativamente à situação anterior, suponha que a criança foi adotada pelo casal. No seu entender, qual a probabilidade de, ao longo do seu crescimento, essa criança:

(Alguns exemplos)

- Nenhuma probabilidade Total probabilidade
- ... ter problemas de comportamento?
- ... manifestar preferência sexual por rapazes?
- ... manifestar preferência sexual por raparigas?
- ... ter facilidade em se relacionar bem com os outros?
- ... ser alvo de violência verbal ou física por parte de outras crianças?

Finalmente, solicitamos que indique a sua experiência e conhecimento sobre famílias homoparentais (com dois adultos ou progenitores do mesmo sexo), através da resposta às perguntas abaixo:

- Conhece ou conheceu pessoalmente quem se identifique como sendo gay/lésbica/bisexual? Sim Não
- Se sim, qual a frequência do contacto com essa/as pessoa/as? Pouco frequente Muito frequente

Conhece ou conheceu pessoalmente famílias homoparentais?

Sim Não

Se sim, qual a frequência do contacto com essa/as famílias?

Pouco frequente Muito frequente

Teve contacto com informação académica sobre o tema da homossexualidade durante a sua formação?

Sim Não

Em que contexto: _____

A quantidade da informação recebida foi:

Pouca Bastante

A qualidade da informação recebida foi:

Fraca Exelente

Teve contacto com informação académica sobre o tema da homoparentalidade durante a sua formação?

Sim Não

Em que contexto? _____

A quantidade da informação recebida foi:

Nenhuma Bastante

A qualidade da informação recebida foi:

Fraca Exelente

Muito obrigada pela sua colaboração!

Anexo B - Exemplo de um questionário aplicado para amostra espanhola

Nota: A escala de Avaliação dos resultados desenvolvimentais da criança não é apresentada na íntegra sendo apenas referidos alguns exemplos. Para mais informações contactar o autor (Professor Jorge Gato jorgegato@fpce.up.pt)

Estimado (a) participante,

En el ámbito de una tesina del Máster de Psicología Social y de las Organizaciones realizado en el ISCTE-IUL, Instituto Universitario de Lisboa, bajo la orientación de la Profesora Doctora Carla Moleiro, se está llevando a cabo un estudio cuyo objetivo es explorar y comparar las actitudes de la población universitaria portuguesa y española respectivamente a diversos tipos de familias y sus hijos/as. Para eso, nos gustaría contar con su colaboración. Su participación es totalmente voluntaria, anónima y confidencial. Así, los datos recogidos son anónimos y su eventual publicación sólo podrá tener lugar en revistas especializadas, presentándose los datos globales y no de cada participante.

Para participar en este estudio debe cumplir las siguientes condiciones:

- Ser estudiante universitario y cursar el 3º año de la licenciatura o grados superiores.
- Estudiar una de las siguientes áreas de estudio: educación, salud, derecho o ciencias sociales.
- Ser de nacionalidad española.
- Ser heterosexual.

¡Gracias por su colaboración!

Mónica Tavares

ISCTE-IUL

Monica.Tavares.Parreira@hotmail.com

Área de la carrera:

Educación

Salud

Derecho

Ciencias sociales

Carrera: _____

Cursando:

3º año de la licenciatura

Post Grado

Master

Doctorado

Otro (año y curso): _____

Sexo:

Masculino:

Femenino:

Edad: _____

Nacionalidad: _____

Estado civil: _____

Considere la siguiente situación familiar:

(Apresentação de uma situação estímulo)

Con base a la historia que acabó de leer, posiciónese en relación a las siguientes preguntas:

1. ¿En qué medida considera que la adopción mejor alternativa para un niño huérfano de 6 años, que esté bajo la custodia del Estado?

Peor opción esta Mejor

Nada preocupado Muy preocupado
2. ¿En que medida está preocupado/a con la estabilidad financiera de la pareja que pretende adoptar al niño?
3. ¿Cuál es el nivel de apoyo que considera que esta pareja recibiría de su comunidad, al criar a este niño?

Ningún apoyo Total apoyo
4. ¿Cómo evalúa la capacidad de esta pareja para transmitir valores y criar un niño moralmente responsable?

Ninguna capacidad Total capacidad
5. En su opinión, ¿cuál es la probabilidad de que este niño sea víctima de negligencia emocional?

Ninguna probabilidad Total probabilidad
6. En su opinión, ¿cuál es la probabilidad de que este niño sea víctima de violencia física?

Ninguna probabilidad Total probabilidad
7. En su opinión, ¿cuál es la probabilidad de que este niño sea víctima de abuso sexual?

Ninguna probabilidad Total probabilidad
8. ¿Cómo evalúa la estabilidad emocional de las personas que pretenden adoptar a este niño?

Ninguna estabilidad Total estabilidad
9. ¿Qué expectativa tiene acerca de la estabilidad de esta pareja en el futuro?

Ninguna estabilidad Total estabilidad
10. ¿En qué medida está preocupado/a con las competencias parentales de esta pareja?

Nada preocupado Muy preocupado

11. Si tuviera que decidir usted, ¿cuál es la probabilidad de atribuir la custodia de este niño a esta pareja?

Ninguna probabilidad al probabilidad

Siguiendo con la situación anterior, suponga que el niño fue adoptado por la pareja. A su entender, cuál es la probabilidad de, a lo largo de su crecimiento, ese niño pudiera:

	Ninguna probabilidad	Total probabilidad
.		
(Alguns exemplos)		
... tener problemas de comportamiento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
... manifestar preferencia sexual por chicos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
... manifestar preferencia sexual por chicas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
... tener facilidad para relacionarse bien con los otros?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
... ser blanco de violencia verbal o física por parte de otros niños?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Para terminar, le pedimos que nos indique su experiencia y conocimiento sobre familias homoparentales (con dos adultos o progenitores del mismo sexo) , contestando a las cuestiones abajo indicadas:

¿Conoce o conoció personalmente a alguien que se identifique como gay/lesbiana/bisexual?

Sí No

Si es que sí, ¿con cuánta frecuencia mantiene el contacto con esa/as persona/as?

Poco frecuente Muy frecuente

¿Conoce o conoció personalmente familias homoparentales?

Sí No

Si es que sí, ¿con cuánta frecuencia mantiene el contacto con esa/as familia/as?

Poco frecuente Muy frecuente

¿Recibió información académica sobre el tema de la homosexualidad durante su formación?

Sí No

¿En qué contexto?: _____

La cantidad de la información recibida fue:

Poca Bastante

La cualidad de la información recibida fue:

Mala Excelente

¿Recibió información académica sobre el tema de la homoparentalidad durante a su formación?

Sí No

¿En qué contexto? _____

La cantidad de la información recibida fue:

Poca Bastante

La cualidad de la información recibida fue:

Mala Excelente

¡Muchas gracias por su colaboración!